ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MÊDA

Ata número 5º

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Mêda,

realizada no dia 24 de abril de 2026

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte seis, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal da Mêda, em sessão Ordinária, dando inicio às nove horas e quinze minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Período de Intervenção do Público;

Leitura de Expediente;

- Análise e aprovação da Ata número três da Reunião Ordinária de Assembleia realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis;

Período antes da ordem do dia:

- Intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes para Apresentação de Votos, Moções e Recomendações;

- Informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea c) do artigo 25°do anexo I a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º da Lei N° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

Período da ordem do dia: ----------

Ponto 1º - Aprovação do relatório de contas do ano 2025; **Ponto 2º** - Proposta de submissão à Assembleia Municipal de Mêda do "pedido de reconhecimento de interesse público estratégico para o "complexo agroindustrial avícola". ----------

Presidiu à Sessão Ordinária o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Germano Mourato Leal Pinto, tendo sido secretariada por, Carla Alexandra Sequeira Beça Rodrigues, na qualidade de Primeira Secretária, e por Márcia Maria Pereira Raimundo, na qualidade de Segunda Secretária. Estiveram presentes os Deputados Municipais que a seguir se indicam:

António Carlos Proença Simão de Almeida, Hermínio José Costa Albino, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Fabiana Almeida Rodrigues, Marco Aurélio Mano Saldanha, António Óscar Dias de Amaral Sampaio, António João Barradas Moreira, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Mário José Lobão Andrade, Filipa Alexandra Pereira da Silva Amado e Vânia Isabel Morrão da Silva Alves. Marcaram igualmente presença os Presidentes das Juntas de Freguesia, conforme se indica de seguida - Presidente de Junta da Freguesia de Aveloso: Joel Filipe Martins Cardoso; - Presidente de Junta da Freguesia de Barreira : Antero Augusto Gomes Martins; - Presidente de Junta da Freguesia de Coriscada: Adelino Carlos Bandeira; - Presidente de Junta da Freguesia de Longroiva, António Norberto Rodrigues Tairum; - Presidente de Junta da Freguesia de Marialva: Vanessa Alexandra

Correia da Conceição; - Presidente de Junta da Freguesia de Poço do Canto: Alexandrina da Conceição Montês Abrunhosa; - Presidente de Junta da Freguesia de Rabaçal: Pedro Alexandre Amaral Ribeiro; Presidente de Junta da Freguesia de Ranhados, José Sérgio Pereira Correia; - Presidente de Junta da Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa: José Manuel Félix Lemos; - Presidente de Junta da Freguesia de Prova e Casteição: Nelson Fernando Andrade Gonçalves; - Presidente de Junta da União de Freguesias de Vale Flor, Carvalhal e Pai Penela: Maria Armanda Oliveira Coelho. Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, António César Valente Figueiredo, o Vice-Presidente Carlos Alberto Batoco Montês a vereadora Carla Sofia Silva Sequeira, o vereador Anselmo Antunes de Sousa, e o vereador Carlos Bruno Brígida Fial Pereira.

Leitura da Correspondência:

Não havendo leituras de expediente, deu se seguimento á ordem de trabalhos. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão. Seguidamente deu início ao período aberto à intervenção do público, no qual a Mesa não recebeu qualquer inscrição.

- Análise e aprovação da Ata número Três da Reunião Ordinária de Assembleia realizada no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis;

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, abriu o período de inscrições, tendo sido registada uma solicitação para uso da palavra: Cláudio Heitor Rebelo.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo,** referiu que, leu a ata e por um lado, felicitou pela sua elaboração minuciosa, destacando que a mesma explica com detalhe tudo o que foi dito na reunião. Contudo, esclareceu que se pronunciaria apenas sobre a parte correspondente à sua própria intervenção, não abordando as intervenções dos restantes participantes. Manifestou que existem algumas correções necessárias, nomeadamente ao nível da redação em português, considerando que, em vários momentos, o texto não se encontra devidamente formulado, apresentando construções pouco claras. Indicou que apresentaria apenas alguns exemplos de passagens que, no seu entender, merecem especial atenção. Como exemplo, mencionou a passagem onde consta: "Elogiou a intervenção do deputado José Vítor Trigo, lembrando que falar sobre postes e luminárias ligadas a poetas locais e ao jornal Luz da Beira, mas lamentou essa luminária estava sem luz", considerando que tal formulação não faz sentido nem corresponde ao que pretendeu transmitir. Esclareceu que, na sua intervenção, se referia à intervenção do deputado Herminio Albino acerca das luminárias la em baixo, sublinhando que existe uma luminária que felicitou por se encontrar iluminada de azul durante o mês de abril. Acrescentou ainda que importa corrigir a referência ao local exato, esclarecendo que não se trata do castelo, mas sim da torre do relógio do castelo. Salientou que é precisamente este tipo de detalhe que pretende ver corrigido e formalmente registado.

Neste momento, e não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** propôs a votação da ata número três da Reunião Ordinária de Assembleia realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis, tendo sido aprovado por unanimidade.

Nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na aprovação da ata, os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra para Intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes para Apresentação de Votos, Moções e Recomendações abrindo assim o período de inscrições, tendo sido registada três solicitações para uso da palavra: Cláudio Heitor Rebelo, José Manuel Félix Lemos, António João Barradas Moreira.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo,** referiu que, iria apresentar um voto de louvor ao cientista Luís Carlos de Sousa Sá. *"A Bancada do Partido Socialista vem, por este meio, apresentar um voto de louvor ao cientista Luís Carlos de Sousa Sá, pela sua recente nomeação, na passada semana, por Sua Excelência o Presidente da República, Dr. António José Seguro, para exercer funções como consultor na área da Prevenção da Corrupção. Este reconhecimento institucional traduz não apenas o mérito individual de Luís Sousa, mas também o valor do seu percurso académico e científico, amplamente dedicado ao estudo das políticas de controlo da corrupção, à ética pública e à qualidade da democracia. Luís de Sousa é investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tendo-se doutorado em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu de Florença, em julho de 2002, com uma tese centrada nas políticas públicas de combate à corrupção. Ao longo da sua carreira, destacou-se igualmente como Professor Auxiliar de Ciência Política na Universidade de Aveiro e como investigador em diversas instituições académicas internacionais de prestígio, incluindo a Universidade de Harvard, a Australian National University, o Instituto Universitário Europeu, a Universidade de Gotemburgo, entre outras. É consultor internacional e investigador correspondente da Comissão Europeia na área das políticas de controlo da corrupção, sendo autor de vasta obra científica publicada em revistas internacionais com avaliação por pares. A sua investigação incide sobre temáticas como as perceções e práticas de corrupção, a regulação da ética política, a qualidade da democracia local, a integração regional e a política comparada. Para além do seu percurso académico, importa salientar o seu contributo cívico, tendo sido cofundador e presidente da Transparência e Integridade – Associação Cívica (TIAC), representação nacional da Transparency International, bem como coordenador de redes internacionais de investigação na área da prevenção da corrupção. A sua ligação ao concelho da Mêda constitui, para todos nós, motivo acrescido de orgulho. Luís de Sousa viveu parte da sua infância na aldeia de Outeiro de Gatos, sendo a sua família originária deste concelho. Refira-se, ainda, que a sua mãe desempenhou funções como Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro de Gatos, reforçando os laços de proximidade e dedicação ao território. O percurso de excelência de Luís de Sousa, aliado à sua ligação às nossas raízes, enobrece o concelho da Mêda e constitui um exemplo inspirador de serviço público, competência e compromisso com valores fundamentais da democracia. Assim, a Bancada Municipal do PS propõe que a Assembleia Municipal delibere: aprovar o presente voto de louvor a Luís de Sousa pela sua nomeação como consultor do Presidente da República na área da Prevenção da Corrupção, e dar conhecimento deste voto ao próprio, bem como às entidades competentes."*

Neste momento, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** propôs o voto de louvor a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado José Félix Lemos.

Usou da palavra **o Sr. Deputado José Félix Lemos,** manifestou que, iria apresentar um voto de Pesar pelo Sr. Fernando Augusto Martins. *"É com grande sentido de respeito e reconhecimento que o grupo municipal AD – Coligação PSD/CDS, apresenta a esta Assembleia Municipal o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Augusto Martins, com 94 anos. O Sr. Fernando era um homem bom, humilde, justo, amigo do seu amigo e essencialmente um homem desta terra. Filho, irmão, marido, pai e avô, comerciante de profissão, recebia todos com um sorriso verdadeiro e uma palavra amiga. Foi ao longo da sua vida um homem de trabalho, de proximidade, e desportista fundador do Sporting Clube de Mêda, membro de várias associações locais e regionais. O Sr. Fernando era um homem de causas. Foi o primeiro Presidente da então Junta de Freguesia de Mêda, no pós-revolução do 25 de Abril, entre os anos de 1975 e 1979, sendo desta forma, um dos fundadores da democracia no nosso Concelho, num tempo de tantas incertezas, mas de grande esperança, o Sr. Fernando Augusto Martins teve a coragem de aceitar desempenhar um papel tão nobre quanto essencial para a nossa população. É com um grande sentido de humildade e reconhecimento pessoal, que em meu nome pessoal e institucional, proponho a esta Assembleia aprovar um voto de pesar, e que guarde um minuto de silêncio em homenagem à memória de um de nós. Caso esta proposta mereça a concordância de todos, e peço à mesa da Assembleia que enderece este voto à sua família."*

Neste momento a bancada do partido Socialista une-se em intenção a este voto de pesar. --------

Neste momento, foi cumprido um minuto de silêncio, após o qual o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu à votação o voto de pesar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra ao Sr. Deputado António João Barradas Moreira.

Usou da palavra o **Sr. Deputado António João Barradas Moreira**, referiu que iria apresentar uma moção sobre os 50 anos da constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições Autárquicas Democráticas. *"Em 2026, celebramos um marco maior da nossa democracia: os 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, que consagrou princípios fundamentais como a descentralização, a democratização e o reforço do poder local. Celebramos também os 50 anos das primeiras eleições autárquicas em liberdade um momento decisivo na construção de um poder próximo das populações, participado e verdadeiramente representativo. Mas nem sempre foi assim. Antes da Revolução dos Cravos, o poder local estava limitado e controlado pelo regime do Estado Novo. A Constituição de 1933 e o Código Administrativo sujeitavam as autarquias à tutela da administração central. Os presidentes de câmara não eram eleitos eram nomeados. As freguesias não dispunham de verdadeira autonomia. E as populações estavam afastadas das decisões que mais diretamente afetavam as suas vidas. Os municípios, que deveriam ser o primeiro nível de resposta aos problemas das pessoas, estavam impedidos de agir*

com liberdade e eficácia. Foi preciso abril. Com o Programa do MFA, iniciou-se a rutura com esse modelo, nomeadamente através da destituição dos governadores civis. Mas foi, acima de tudo, a mobilização popular que tornou possível a verdadeira democratização do poder local. Por todo o país, as populações organizaram-se. Foram criadas comissões administrativas e afastados os responsáveis ligados ao antigo regime. Surgiram as chamadas organizações populares de base, que mobilizaram cidadãos para resolver problemas concretos desde o saneamento básico à criação de equipamentos sociais e espaços públicos. Foi um momento único de participação cívica. E quando chegaram os primeiros executivos eleitos, esse trabalho não só continuou como ganhou nova força. Em parceria com associações e comunidades locais, transformaram profundamente os territórios. Hoje, 50 anos depois, os nossos municípios são irreconhecíveis. A qualidade de vida melhorou significativamente. A proximidade entre eleitos e cidadãos tornou-se um pilar essencial da nossa democracia. Mas há ainda um caminho por cumprir. A própria Constituição aponta para a criação de regiões administrativas, eleitas democraticamente, em substituição das atuais CCDR. Esse passo continua por concretizar. Cumpri-lo será aprofundar a descentralização, reforçar a coesão territorial e aproximar ainda mais as decisões das populações. Celebrar os 50 anos do poder local democrático é, por isso, também assumir o compromisso de continuar a construir uma democracia mais completa, mais próxima e mais participada. Assim, a Assembleia Municipal de Mêda, reunida no dia 24 de abril, delibera: Saudar o 50.° aniversário da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas democráticas, realizadas a 12 de dezembro de 1976, bem como as profundas transformações económicas, sociais e culturais promovidas pelo Poder Local Democrático ao longo destas cinco décadas; Reafirmar a importância do Poder Local Democrático como conquista fundamental de Abril, pilar do regime democrático e instrumento essencial de participação popular; Reivindicar a concretização da regionalização, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa, como passo decisivo para o aprofundamento da democracia e da coesão territorial."

Usou da palavra o **Sr. Deputado Óscar Sampaio,** cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, as respetivas Secretárias, o Executivo Municipal, na pessoa do seu Presidente, os Vereadores da oposição do Partido Socialista, todos os Presidentes de Junta e os Senhores Deputados. Iniciou a sua intervenção agradecendo a lembrança e as palavras proferidas pelo Deputado António João Barradas Moreira. Referiu que tinha ponderado trazer a Constituição da República para proceder à leitura do seu preâmbulo, reconhecendo que, apesar das controvérsias que este ainda hoje possa suscitar, o mesmo evidencia que, num período particularmente difícil, pessoas com perspetivas distintas foram capazes de construir o edifício que rege a convivência democrática. Acrescentou que o Partido Socialista se solidariza com a iniciativa, agradecendo ao Deputado António Moreira, e assinalou a importância da comemoração dos cinquenta anos da Constituição, considerando um bom registo efetuado por esta Assembleia ao evocá-la, concluiu, agradecendo.

Neste momento, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a moção a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Período Antes da Ordem do Dia: ----------

Intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes para Apresentação de Votos, Moções e Recomendações;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de inscrições, tendo sido registadas 6 solicitações para uso da palavra: Hermínio Albino, Pedro Lourenço, Vanessa Alexandra Conceição, José Félix Lemos, Marco Saldanha e Cláudio Heitor Rebelo.

Lembrando que, nas suas intervenções, cada deputado deve respeitar o tempo de 5 minutos com alguma tolerância. ----------

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Hermínio Albino.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Hermínio Albino**, iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da Mesa, as Senhoras Secretárias, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os restantes membros da Assembleia e o público presente. De seguida, referiu que pretendia apresentar dois ou três pontos para reflexão sobre a situação do concelho. Começou por abordar o tema da área de acolhimento empresarial, designada Mêda Park. A este propósito, recordou declarações anteriores do Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente a intenção de atrair empresas e promover a criação de emprego, ideias que, segundo indicou, foram amplamente divulgadas durante a campanha eleitoral. Salientou a importância de fixar população nas aldeias e também na cidade, reconhecendo, contudo, que a cidade é mais atrativa. Nesse sentido, deixou um alerta ao Executivo para a necessidade de tornar esses locais verdadeiramente atrativos, agradáveis e acolhedores, de forma a proporcionar bem-estar aos residentes e causar boa impressão a quem visita o concelho. Acrescentou ainda que o concelho já evidencia características valorizadas por visitantes, sobretudo oriundos de grandes centros urbanos como Lisboa ou Porto, que frequentemente consideram o território bucólico, exótico e romântico, reconhecendo o seu potencial e qualidade de vida. Referiu que o concelho dispõe de diversos recursos de qualidade, destacando a gastronomia local, nomeadamente o queijo, o mel e outros produtos tradicionais, referiu ainda que o essencial residia no facto de: "Ok, vou comprar aqui uma casa, vou ficar cá" e depois manterem-se por cá. Esclareceu que tal implicaria usarem a resiliência para cá ficarem, acrescentando que ficam uns meses, ficam um ano, quiçá dois ou três anos e depois vão embora. Referiu ainda que até mesmo os filhos da terra estão a vender as suas casas, salientando que todos conhecem exemplos destes casos, que vão para cidades aqui perto como Viseu, Figueira da Foz, Porto ou Lisboa. Dirigiu, então, um alerta ao Senhor Presidente da Câmara, enquanto líder do Executivo, no sentido de visitas regulares às diversas localidades do concelho e de implementar medidas que contribuam para a sua valorização e atratividade. Referiu, de forma crítica, que a situação atual não se apresenta atrativa, reconhecendo, contudo, que não se trata de um problema recente. Enumerou várias situações que, no seu entender, carecem de intervenção urgente, nomeadamente o estado de degradação de estradas, caminhos e ruas, a existência de habitações abandonadas em ruína entre outros problemas. Apontou igualmente deficiências ao nível da sinalização rodoviária, referindo a existência de sinais danificados ou degradados há vários meses, bem como marcos rodoviários em más condições. Como exemplo concreto, mencionou um sinal de "stop" praticamente ilegível, localizado nas proximidades de um posto de abastecimento, evidenciando o estado de deterioração da sinalização no concelho. Prosseguindo, referiu, portanto, que gostava que olhássemos para isso, dizendo "senhor Presidente, por favor, faça-me esse favor, torne isto mais bonito." Acrescentou que, já para não falar da estrada que vem do entroncamento da Nacional cento e dois para Longroiva, a mesma já nem dispunha de sinalização na barreira de terra que caiu na estrada, referindo desconhecer o que teria acontecido aos sinalizadores, questionando se teriam sido retirados, roubados ou levantados. Referiu ainda outros problemas, como o estado das valetas, admitindo que poderia já estar a repetir-se. Indicou que, curiosamente, no dia anterior, tinha

reparado em riscos, traços ou autocolantes de cor rosa vivo na via, considerando que os mesmos teriam sido colocados pela equipa de segurança de uma prova de ciclismo, com o objetivo de prevenir acidentes graves, acrescentando desconhecer como não teria ocorrido nenhum. Mencionou também a existência desses sinais no entroncamento de Longroiva e em troços mais acima, já na aproximação à Mêda, referindo que inicialmente pensou que se trataria do início de trabalhos de reparação, mas concluindo posteriormente que tal não se verificava. Dirigindo-se novamente ao Senhor Presidente, declarou não acreditar que não existissem meios, como asfalto ou cimento, para resolver a situação, reforçando o pedido de intervenção. De seguida, introduziu o segundo ponto da sua intervenção, relativo a um evento em Longroiva, a realizar no dia 18 de julho, que, segundo referiu, tinha como título "À Beira e Douro". Questionou se o evento estaria ligado aos vinhos, referindo que o mesmo entroncava no primeiro ponto anteriormente abordado. Salientou que também neste âmbito seria necessário realizar obras e melhoramentos, defendendo que a aldeia deveria estar arranjada e apresentável para receber visitantes. Reforçou a importância de proporcionar uma boa impressão a quem visita o concelho, solicitando que se evitasse "ficar mal na fotografia". Acrescentou que, apesar de ser natural da Mêda, viveu sempre em Longroiva, e tem um grande amor por Longroiva, manifestando assim a preocupação com a imagem da localidade. Dirigiu igualmente um apelo ao Senhor Presidente da Junta presente, referindo que já tinha abordado o assunto anteriormente, e colocou-se disponível para colaborar no que fosse necessário. De seguida, introduziu o terceiro ponto da sua intervenção, relativo ao décimo quarto Grande Prémio de Ciclismo "O Jogo", leilões.pt referiu que a primeira etapa tinha tido início na Mêda no dia anterior, destacando a visibilidade proporcionada ao concelho e o seu impacto económico positivo. Considerou o evento meritório de elogio, apresentando felicitações e defendendo a sua continuidade, manifestou que tivera oportunidade de constatar que, no dia anterior, a estação de rádio TSF dava destaque à Mêda, salientando que tal facto gerava satisfação e orgulho entre os habitantes. Referiu que no quarto ponto, o tema poderia ser polémico, acrescentando que não atribuía total credibilidade a determinados conteúdos que circulam nas redes sociais mas manifestou que, dias antes, tinha visualizado no Facebook uma publicação que considerou curiosa, introduzindo o assunto e antecipando a reação dos membros do Partido Socialista presentes. Referiu que o grupo em causa se designava "PS Chãs" a identidade dos responsáveis por esse grupo, não era possível confirmar quem o integra, salientando que conteúdos nas redes sociais podem não corresponder à realidade, mas acrescentou que o referido grupo publicava elogios "rasgados" ao sistema de transportes da Mêda, considerando que tais publicações tinham como objetivo criticar a Câmara Municipal e Executivo Municipal de Vila Nova de Foz Côa. Concluiu deixando um apelo aos membros do Partido Socialista presentes na Assembleia que não haveria inconveniente em reconhecer e elogiarem as ações positivas desenvolvidas pelo Executivo.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Pedro Lourenço.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Pedro Lourenço,** que começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores. Referiu que começava por trazer à Assembleia uma preocupação concreta e urgente relativa à freguesia do Poço do Canto, indicando tratar-se do muro que se encontra caído no centro da aldeia, numa situação que representa risco para a segurança de pessoas e bens. Manifestou que se trata de um local de circulação frequente e que, até à data, o espaço não se encontrava devidamente sinalizado. Questionou assim, diretamente a Senhora Presidente da Junta de Freguesia sobre se tinha conhecimento formal da situação, que diligências tinham sido efetuadas, se tinha sido solicitada

responsabilidade ao proprietário para a reposição do muro e eliminação do perigo, e para quando a resolução efetiva do problema. Manifestou que tinham passado mais dois meses desde a última reunião da Assembleia e que, no terreno, a perceção era de que pouco ou nada tinha evoluído no concelho, persistindo questões estruturais e promessas por concretizar que era importante voltar a referir com clareza, questionou qual o ponto de situação do Conselho Municipal da Juventude, se estava em funcionamento e se existia um plano concreto de envolvimento dos jovens na vida cívica e política do concelho, ou se continuava a ser apenas uma estrutura prevista no papel, relativamente ao período pós-incêndios, referiu que importava também saber como estava a ser executado o plano de ações de estabilização de emergência, que intervenções já tinham sido realizadas, que áreas permaneciam por intervencionar e quais os prazos previstos para a sua conclusão. Referiu que, no que diz respeito ao bairro do Barrocal, pretendia saber qual o estado atual da situação e que soluções estavam a ser equacionadas ou implementadas. Relativamente à Ecovia, questionava qual o seu estado de desenvolvimento, se se encontrava parada, em execução ou apenas em intenção. Referiu que outra questão central se prendia com as acessibilidades entre as Freguesias e a sede do concelho, questionando que melhorias tinham sido feitas e se existia um plano concreto de reforço da mobilidade e da ligação entre territórios. Referiu que, no contexto da transição energética, pretendia saber qual a estratégia para o aumento dos pontos de carregamento para veículos elétricos, quantos existiam atualmente e quantos estavam previstos. Referiu que, relativamente ao orçamento participativo, questionava o seu ponto de situação, se tinha sido implementado, se houve participação dos cidadãos e que projetos tinham sido aprovados ou estavam em curso. Referiu que, no que toca à conectividade, pretendia saber em que fase se encontrava o projeto de disponibilização de uma rede móvel gratuita para o concelho e se existiam avanços concretos. Referiu que outro aspeto fundamental era o estado da sinalização rodoviária, questionando como se encontrava a sinalização vertical e horizontal nas estradas do concelho e se existia um plano de revisão e manutenção ou se continuaremos a assistir a sua degradação progressiva. Referiu que, por fim, manifestava preocupação com a situação do Centro de Saúde, referindo relatos de encerramento das urgências e questionando que medidas estavam a ser tomadas para garantir o funcionamento regular dos serviços e se existia articulação com as entidades competentes para resolver esta situação de forma definitiva. Referiu que as questões apresentadas correspondiam a preocupações legítimas da população, acrescentando que o concelho necessitava de respostas, ação e resultados concretos. Concluiu agradecendo.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra a Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Marialva, Vanessa Alexandra Conceição.

Usou da palavra a **Sra. Presidente de Junta de Freguesia de Marialva Vanessa Alexandra Conceição,** que iniciou a sua intervenção com uma saudação dirigida ao Senhor Presidente da Mesa, às Senhoras Secretárias, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos membros da Assembleia e aos Senhores e Senhoras Presidentes de Junta. Referiu que trazia uma palavra à Assembleia: "comunicação", considerando-a uma das ferramentas mais poderosas que possuímos, através da qual se constroem relações, se resolvem problemas, se tomam decisões e se atribui sentido ao mundo envolvente. Referiu que comunicar não é apenas falar, mas também ouvir, compreender, interpretar e partilhar. Referiu que, num mundo cada vez mais rápido e repleto de estímulos e distrações, a comunicação eficaz se torna ainda mais essencial, sendo necessário ouvir com atenção, falar e expressar com clareza e evitar equívocos, fortalecendo relações e construindo pontes e não muros entre as pessoas. Referiu que era nessa ideia que gostaria que o Executivo se focasse, acrescentando que, ao longo de quatro anos e meio a representar a Freguesia de Marialva, sempre defendeu que a comunicação é tudo é a base do

trabalho diário dos representantes locais. Referiu, contudo, que, no momento atual, considerava que a comunicação estava a falhar. Referiu que sempre adotou uma postura compreensiva, e tentou sempre esperar reconhecendo que nem tudo é fácil ou rápido de concretizar, mas que tinha chegado a um ponto em que não podia continuar a aguardar, considerando que a Freguesia, uma das aldeias históricas de Portugal, estava a falhar com a população e com os visitantes. Referiu que acreditava que o Executivo tinha capacidade para elevar a Mêda ao nível de outras cidades ou vilas vizinhas, como Pinhel, Sernancelhe ou Manteigas. Referiu que, na Freguesia de Marialva, o Largo do Café Pé de Cabra se encontrava sem iluminação há mais de seis meses, devido à remoção de um candeeiro para reparação, que até ao momento não tinha sido reposto. Acrescentou que tinham sido enviados ofícios relativamente às situações expostas, sem que, até ao momento, tivesse sido obtida qualquer resposta. Indicou ainda que existia um candeeiro retirado do mercado há mais de três anos que não tinha sido reposto, apesar de também ter enviado oficio e igualmente sem resposta. Manifestou que todas as semanas recebem comunicações de uma munícipe, da Senhora Fátima Araújo que tem a sua mãe com cerca de 89 anos, que renovou a sua habitação em Marialva, mas que necessitava de saneamento. Referiu que a situação se arrastava há mais de um ano, tratando-se apenas de alguns metros de intervenção, impedindo o regresso da mesma à aldeia, sem que tivesse sido dada qualquer resposta ao pedido. Mencionou ainda a existência de diversos buracos por reparar em toda a aldeia há mais de um ano, tanto nas ruas principais como nas pequenas ruelas, reiterando que também sobre esta matéria foram enviados ofícios sem qualquer retorno. Salientou que, estando próxima a realização da feira medieval, apesar dos esforços desenvolvidos para apresentar a aldeia em boas condições, a realidade observada era a de um espaço escuro e com pavimento degradado. Acrescentou que, para além da ausência de resposta aos problemas identificados, também não existia orientação clara quanto aos procedimentos a adotar, questionando se deveriam continuar a enviar ofícios ou deslocar-se à Câmara Municipal. Referiu ainda o anunciado gabinete de apoio às Juntas de Freguesia, interrogando se o mesmo constituía uma prioridade e se iria efetivamente avançar. Reconheceu que existem problemas em todas as Freguesias e que todas são importantes, mas sublinhou que Marialva tem um papel relevante no concelho, afirmando que, quando Marialva ganha, todo o concelho beneficia, sendo uma das principais portas de entrada deste concelho e um fator de atração turística do território. Apelou a que fosse dada maior atenção às situações expostas, defendendo que não deveriam deixar as Freguesias "ir abaixo". Salientou que não estava a solicitar medidas impossíveis, mas sim comunicação, considerando-a essencial para o bom funcionamento do trabalho, para o espírito de equipa e para o progresso da aldeia que representa. Concluiu afirmando que a Freguesia tem muito a contribuir para o concelho e terminou a sua intervenção agradecendo a atenção.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa, José Félix Lemos.

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa José Félix Lemos,** iniciou a sua intervenção dirigindo cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa, à restante Mesa da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta e para o caríssimo público presente. Iniciou a sua intervenção retomando as palavras da Senhora Presidente da Junta de Marialva, associando-se ao repto por si lançado relativamente à criação de um gabinete de apoio aos Presidentes de Junta de Freguesia. Referiu que tal medida constava do programa e manifestou concordância com essa proposta, considerando que todos os Presidentes de Junta enfrentam, em diferentes momentos, dificuldades em matérias de natureza jurídica ou territorial. Sustentou que a criação desse gabinete constituiria uma mais-valia, não só para os autarcas de Freguesia,

mas também para o próprio concelho. Prosseguindo, fez referência a intervenções anteriores relativas à realização de uma prova de ciclismo no dia anterior, aproveitando para lançar um repto ao Município no sentido de se retomar uma iniciativa que, em tempos, teve lugar no concelho, designada "Mêda 100", uma prova de BTT. Salientou que este evento trazia um elevado número de participantes e visitantes ao concelho e territórios envolventes, como Trancoso e Foz Côa, contribuindo significativamente para a dinamização da restauração e da capacidade de alojamento, que atingiam níveis elevados de ocupação. Referiu ainda que, na última edição, houve necessidade de solicitar a abertura de estabelecimentos adicionais, como padarias, para dar resposta à procura, evidenciando o sucesso da iniciativa. Acrescentou que se tratava de uma prova com dimensão internacional e defendeu que o Município deveria voltar a apoiar um evento deste género, uma vez que percorria o concelho e gerava benefícios para todo o território. Expressou o seu agradecimento a todos os Presidentes de Junta e ao Município pelo apoio prestado aquando da realização do sétimo Trail dos Bombeiros Voluntários de Mêda, estendendo esse reconhecimento a todas as pessoas que participaram, quer como atletas, quer como caminhantes ou apoiantes. Referiu que, atendendo às intervenções anteriores, considerava que as preocupações manifestadas eram transversais a todos os membros da Assembleia, demonstrando satisfação por essa convergência. Mencionou, em particular, a coincidência de posições com o deputado Pedro Lourenço, partilhando das preocupações por este apresentadas, nomeadamente no que respeita ao bairro do Barrocal. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o ponto de situação dessa matéria. Abordou igualmente a questão da sinalização rodoviária, tanto vertical como horizontal, referindo que a mesma se encontra degradada ou inexistente em vários locais, devido a incêndios, intempéries e acidentes, sem que tenha sido reposta. Acrescentou ter conhecimento de uma candidatura apresentada pelo Município nesta área, solicitando informação atualizada sobre o seu estado. Referiu que outra questão transversal às Freguesias se prende com a toponímia, indicando tratar-se de uma preocupação comum entre os Presidentes de Junta. Referiu que, relativamente à questão da toponímia, já algum tempo que tinham sido solicitados contributos às Freguesias, tendo sido indicada uma previsão de conclusão para o ano de 2025. No entanto, assinalou que já se encontravam em 2026 sem que a situação estivesse resolvida, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre quando seria concretizada, tendo em conta os constrangimentos causados às autarquias e às populações, que diariamente questionam sobre o assunto. Abordou, de seguida, a reunião realizada com representantes de cada bancada, na qual participou enquanto representante dos Presidentes de Junta, relativa ao estado da saúde no concelho, contando com a presença de elementos da ULS ou por esta designados. Referiu que, após o debate realizado, ficou com a convicção de que a situação da saúde no concelho era preocupante. Indicou que, segundo as informações transmitidas, o Serviço de Atendimento Complementar (SAC) se encontrava encerrado não por decisão formal, mas por falta de médicos, salientando que essa realidade não trazia soluções para a população. Acrescentou que a escassez de médicos não é exclusiva do concelho, verificando-se também noutras regiões como Coimbra ou Guarda, considerando, contudo, que tal não resolvia o problema local. Referiu ainda que, na referida reunião, questionou o seu direito ao acesso à saúde no concelho onde escolheu viver, manifestando discordância com a limitação do serviço a determinados dias da semana, nomeadamente só às quartas-feiras e, de forma intermitente, aos fins de semana. Referiu que, na prática, o SAC se encontrava a funcionar apenas às quartas-feiras, deixando de assegurar atendimento regular aos fins de semana, ainda que anteriormente fosse prestado de forma quinzenal o que também já não se tem vindo a verificar. Considerou que todos os membros da Assembleia, incluindo Executivo, Presidentes de Junta e Deputados Municipais, deveriam unir esforços na reivindicação de um direito fundamental que, no seu entender, não estava a ser

garantido pelo governo. Relatou que, após a referida reunião, teve oportunidade de participar, enquanto cidadão, num debate com o Ministro da Saúde na Guarda, onde ficou com a perceção de que, na maioria dos concelhos, a situação da saúde estaria resolvida, com exceção de alguns, entre os quais mencionou a Mêda, Trancoso e Figueira. Afirmou que, para além de alertar e criticar quando necessário, também reconhecia o mérito das intervenções positivas, dirigindo uma palavra de apreço ao Senhor Presidente da Câmara pela posição assumida nesse debate, nomeadamente ao afirmar que o acesso à saúde não deveria depender de incentivos financeiros entre municípios para captação de médicos. Reforçou que o acesso aos cuidados de saúde é um direito de todos os cidadãos e não deveria estar sujeito a concorrência entre territórios. Alertou ainda que, perante a ausência de resposta local, a população se vê obrigada a recorrer a serviços em concelhos vizinhos, como Foz Côa e Guarda, o que aumenta a pressão sobre os bombeiros, o recurso ao 112 e os constrangimentos associados, defendendo assim a necessidade de atrair soluções concretas para o concelho na área da saúde, salientando a ausência de cuidados primários adequados, de cuidados continuados e até de um serviço regular de atendimento complementar. Concluiu, deixando um alerta ao Senhor Presidente, defendendo que todos deveriam empenhar-se na recuperação de direitos á saúde que considerou serem fundamentais e nosso por natureza.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra ao Sr. Deputado Marco Saldanha.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Marco Saldanha**, dirigiu cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa, às Senhoras Secretárias da Mesa, ao Senhor Presidente do Município, aos Vereadores da maioria e da oposição, à Senhora Secretária, aos Deputados Municipais, aos Presidentes de Junta de Freguesia e ao público presente. Indicou que a sua intervenção tinha sido pensada durante a deslocação para a Mêda, mas que, face às intervenções anteriores em particular dos Presidentes de Junta de Marialva, Mêda Outeiro Gatos e Fonte Longa, considerava que qualquer discurso mais elaborado perderia relevância perante os problemas concretos apresentados. Sublinhou que situações que, no campo de visão de quem esta de fora, poderiam parecer de menor importância, na verdade têm impacto significativo na vida das pessoas, referindo exemplos como a falta de iluminação pública ou a ausência de saneamento em habitações renovadas. Defendeu que este tipo de problemas, que se prolongam por períodos de seis a doze meses, deveria constituir prioridade na ação do Executivo, considerando que a sua resolução deveria ser célere. Acrescentou que, embora temas como a ULS para falar da saúde, como o mundo empresarial ou do parque industrial sejam relevantes e frequentemente discutidos em Assembleia, a resposta a questões básicas e imediatas deveria assumir caráter prioritário, entendendo que a sua resolução não deveria ultrapassar prazos curtos, apontando que nem sequer seis a doze semanas deveriam ser necessárias para a sua concretização. Manifestou que não se iria alongar, pretendendo apenas assinalar a proximidade das comemorações do 25 de abril na Mêda. Nesse âmbito, felicitou o Executivo pelo programa previsto, destacando em particular a presença do Tenente-General Nuno Lemos Pires, Diretor-Geral da Política de Defesa Nacional. Considerou tratar-se de uma escolha pertinente, tendo em conta o contexto internacional e geopolítico atual, entendendo que a participação de uma personalidade com experiência na área da defesa nacional poderia trazer um contributo relevante para a reflexão pública, num tema que considerou de interesse para os cidadãos. Por outro lado, no âmbito do período antes da ordem do dia, referiu igualmente querer reconhecer o trabalho desenvolvido pelo Executivo no intervalo entre Assembleias, salientando, entre outros aspetos, a realização da escritura do primeiro lote da área de acolhimento empresarial, que considerou um passo relevante nesse domínio. Referiu que poderiam existir opiniões no sentido de que a concretização da escritura do primeiro lote da

área de acolhimento empresarial já deveria ter ocorrido a muito mais tempo, no entanto, salientou que, no seu entendimento, o momento foi devidamente assinalado, com a relevância e simbolismo que considerou adequados, por representar um marco importante para o arranque efetivo do projeto. Destacou o facto de a primeira instalação estar associada a uma empresa local, a Padaria Pastelaria Rosa Martinho, felicitando a mesma pelo espírito de iniciativa, capacidade de investimento e ambição demonstrada. Considerou que este exemplo deveria servir de incentivo a outras empresas locais, reconhecendo o contributo dos seus responsáveis para o desenvolvimento do concelho. Dirigiu igualmente palavras de reconhecimento ao Senhor Presidente da Câmara por este passo no âmbito do desenvolvimento do Mêda Park e do programa Mêda Invest, considerando tratar-se de uma evolução positiva. Não obstante, colocou a questão sobre os desenvolvimentos futuros, questionando o que se seguiria após este primeiro investimento. Referiu que, no âmbito da ordem do dia, estava prevista a análise de um novo processo relativo a outra empresa interessada em instalar-se no concelho, mas solicitou esclarecimentos adicionais sobre o ponto de situação global do Mêda Invest, para além da primeira empresa já instalada. Referiu que, na informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente, constavam algumas referências às funções do Mêda Invest, mas questionou que ações concretas estavam a ser desenvolvidas ao nível da atração e captação de empresas, para além da primeira empresa que já adquiriu lote na área de acolhimento empresarial. Questionou ainda por que razão o Mêda Park e o Mêda Invest não estavam presentes em feiras empresariais, à semelhança do que sucede com a participação do Município em diversos certames de promoção turística, defendendo que também deveria existir aposta nesse tipo de promoção. Retomando o tema da comunicação, referiu que o concelho continua a falhar na divulgação dos apoios existentes, nomeadamente ao nível dos incentivos financeiros destinados à instalação de pessoas e empresas. Considerou importante a criação de mecanismos de apoio à primeira instalação, sobretudo para empresas já sediadas noutros concelhos ou distritos, entendendo que sem esse tipo de comparticipação dificilmente ocorrerá mobilidade empresarial. Questionou igualmente se existia algum banco de casas devolutas suscetível de requalificação, de forma a apoiar quem pretenda fixar-se no concelho. Solicitou ainda esclarecimentos sobre o ponto de situação da incubadora de empresas, referindo que, na sua perspetiva, esta poderia funcionar também como espaço de coworking e contribuir para atrair novas formas de mobilidade e instalação profissional no território. Concluiu a sua intervenção agradecendo a atenção dispensada.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Cláudio Heitor Rebelo,** iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da Mesa, toda a Mesa, o Executivo Municipal, os restantes membros da Assembleia, os Senhores Presidente de Junta e o público presente. Referiu ter compreendido, a razão pela qual o seu colega António Almeida ter prescindido da intervenção dele, salientando que se revia no conteúdo das intervenções anteriormente produzidas. Acrescentou que dava os parabéns ao José Lemos porque muito do que ele disse coincidia, na íntegra, com o que tinha apontado para a sua intervenção, e com as questões já expostas pelos anteriores intervenientes, de forma transversal, pelo Deputado Hermínio, Pedro e pela Senhora Presidente de Junta de Marialva. Referiu que procuraria manter uma linha de raciocínio lógica, acrescentando apenas algumas considerações às intervenções anteriormente produzidas. Afirmou que os problemas identificados refletem o estado em que se encontra o concelho, acrescentando que tem dificuldade em considerar a Mêda uma cidade, entendimento que disse não ser recente. Considerou que a elevação da Mêda a cidade não foi acompanhada das condições e serviços que

deveriam existir numa cidade, defendendo que uma cidade que não dispõe do mínimo de urgências e serviços de saúde revela ser uma "fraca Cidade e uma fraca Vila". Manifestou preocupação com um sentimento de "comodismo" e resignação da população relativamente à situação da saúde no concelho, entendendo que o pior cenário é aquele em que a população deixa de ter força para se revoltar perante os problemas existentes. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, referiu que, após seis ou sete meses de espera por uma reunião relacionada com esta situação que reconheceu já ter origem do Executivo anterior, ter sido um "insulto" para todos que a Presidente do Conselho de Administração não tivesse estado presente. Referiu ainda que a situação testemunhada naquela reunião corresponde ao que se verifica em todo o distrito, considerando que a apresentação realizada incidiu essencialmente sobre números e dados estatísticos. Mencionou também a presença do Doutor Bruno, membro do Conselho de Administração e residente na Mêda, entendendo que o mesmo deveria ter contribuído para garantir a presença da respetiva Presidente do Conselho de Administração, considerando tratar-se de uma questão de responsabilidade para com o concelho. Considerou ainda que a intervenção da representante da área da enfermagem, presente em substituição da Presidente do Conselho de Administração, foi inadequada, entendendo que aquilo que foi transmitido constituiu uma falta de consideração para com os presentes. Referiu que saiu da reunião, com um sentimento de frustração, por considerar que as pessoas com efetiva capacidade de decisão não estiveram presentes, acrescentando que, caso a responsável máxima tivesse comparecido, a postura dos participantes poderia ter sido mais firme e assertiva. Mencionou igualmente que o Dr. Bruno é o seu médico de família, reconhecendo que essa circunstância pessoal condicionou a forma como abordou determinadas questões durante a reunião. Sublinhou que a principal conclusão retirada ao fim de cerca de duas horas de reunião foi a existência de falta de médicos, situação que considerou já conhecida e não recente, entendendo, por isso, que a reunião acabou por não produzir resultados concretos para o concelho da Mêda. Acrescentou ainda que aquela reunião não tinha sido especificamente dirigida à realidade da Mêda, mas antes integrada num conjunto de encontros promovidos pela ULS em vários concelhos do distrito. No entanto, afirmou que a resignação perante a situação não poderia manter-se. Sustentou que o desenvolvimento do concelho não poderia ser alcançado sem a existência de serviços mínimos na área da saúde, salientando que, tal como referido por outro interveniente, nenhuma zona industrial ou investimento estruturante teria impacto efetivo se não existissem urgências abertas, por considerar que tal gera insegurança na população. Acrescentou que essa insegurança afeta diretamente famílias, idosos e cuidadores, referindo a intervenção do membro José Lemos, que terá questionado a explicação apresentada pela representante da enfermagem relativamente à "literacia em saúde", no contexto da utilização dos serviços de urgência. Referiu ainda que foi transmitido por uma das representantes da ULS que algumas pessoas recorrem aos serviços de urgência de forma inadequada, dando o exemplo de "Eu tenho um pai com oitenta e tal anos e não o levo por qualquer coisa". Questionou, nesse sentido, se os cidadãos idosos que vivem sozinhos nas aldeias têm capacidade para avaliar clinicamente a necessidade de recorrer às urgências. Manifestou sentir-se incomodado e quase humilhado pela forma como a situação foi abordada na referida reunião, considerando que o tratamento dado ao tema não foi adequado. Concluiu afirmando que a situação da saúde constitui uma preocupação transversal a todos, defendendo a necessidade de serem tomadas medidas para inverter o que considerou ser uma tendência de encerramento ou limitação do funcionamento das urgências no concelho. Seguidamente referiu que tinha sido mencionado pelo deputado Hermínio o estado de degradação em que se encontravam as ruas e caminhos do concelho, acrescentou que, por uma questão de saúde, realizava diariamente percursos a pé de cerca de cinco a seis quilómetros, referindo que não se tem afastado da área urbana da Mêda. Ainda assim, salientou que tem

observado situações relacionadas com acidentes de viação que provocam danos em muros e sinalética, verificando que, em vários casos, tais situações não têm sido corrigidas. Indicou como exemplos o muro situado junto à zona onde reside o senhor Manuel Alberto, referindo que o mesmo terá caído há cerca de um ano e permanece por reparar. Mencionou igualmente um sinal rodoviário junto à residência de Jorge Lourenço, afirmando que o mesmo se encontra caído há vários anos sem reposição. Referiu ainda a existência de um varão em estado de queda numa zona em frente aos edifícios denominados localmente como "os comboios", salientando o seu estado de deterioração. Acrescentou, por fim, a situação junto ao Centro de Saúde, referindo a existência de dois muros em mau estado, nomeadamente um pertencente a uma habitação identificada como sendo do senhor Vigário, que se encontra igualmente danificado. Referiu que seria necessário que alguém alertasse para a reposição das situações anteriormente identificadas, defendendo que tal responsabilidade caberia ao Município. Acrescentou que, conforme já tinha referido em anterior Assembleia Municipal, existiam dezasseis outdoors distribuídos por quatro rotundas no concelho que apesar de anteriormente existirem quatro com informação, atualmente apenas dois ou três continham conteúdo atualizado, mantendo-se, no entanto, o número total de estruturas, tendo passado cerca de dois meses sem alterações significativas, reforçando que, do ponto de vista paisagístico e da organização urbana, a situação não se limitava ao concelho da Mêda, mas ainda assim defendeu a necessidade de mudança de procedimentos locais, em consonância com as preocupações já expressas por outros intervenientes. Referiu, de seguida, uma publicação em Diário da República relativa ao Fundo de Emergência Municipal (FEM), indicando que o concelho da Mêda teria sido contemplado com cerca de oitocentos mil euros. Considerou este montante manifestamente pouco face à extensão da área ardida no último verão, sublinhando a sua insuficiência para dar resposta às necessidades identificadas no território, comparando que o montante dado a outros municípios, era manifestamente pouco. Referiu que existem municípios onde, apesar de uma área ardida inferior, os valores atribuídos seriam significativamente superiores, chegando, em alguns casos, ao dobro do atribuído ao concelho da Mêda. Poderão dizer: "Ah, pois, mas pelo menos os nossos estão contemplados e vão ser, ainda este ano, atribuídos os oitocentos mil euros" e que nos outros municípios o financiamento pudesse ser faseado ao longo de dois ou três anos, tal não alteraria, no seu entendimento, a disparidade face a outros territórios, onde, apesar de menor impacto em termos de área ardida, os apoios seriam superiores. Referiu que estes fundos deveriam servir para dar resposta a problemas estruturais anteriormente identificados, nomeadamente sinalização, demarcação de estradas e outras intervenções de reabilitação do território, reiterando que o montante atribuído lhe parecia insuficiente. De seguida, abordou a taxa de execução do PRR, referindo tratar-se de um dado público já conhecido, ainda que não tivesse sido apresentado na reunião. Indicou que o concelho da Mêda apresentaria uma taxa de execução na ordem dos 28%, contrastando com outros municípios que registariam valores entre 67% e 80%. Reiterou que o valor atribuído era manifestamente insuficiente, considerando-o muito reduzido face àquilo que poderia representar uma grande oportunidade relevante de financiamento. Referiu que, no seu entendimento, o Município não teria aproveitado de forma adequada essa oportunidade, concluindo que o concelho teria ficado numa posição desfavorável, que classificou como estando na "cauda". Referiu que o José Lemos tinha trazido à discussão uma temática que já tinha sido por si abordada no mandato anterior, relacionada com a realização de provas internacionais de BTT no concelho. Considerou que o referido deputado tinha tocado no cerne da questão, recordando a realização de uma prova de ciclismo no dia anterior, cuja divulgação terá acompanhado através da rádio TSF. Referiu que, em determinado momento da emissão, a Mêda deixou de ser mencionada, passando a referência para outros concelhos, nomeadamente o Sabugal. Não obstante reconhecer a realização do evento, afirmou não poder

concordar que o retorno económico tenha sido positivo para o concelho, referindo ter conhecimento de que as equipas participantes terão pernoitado e realizado refeições fora da Mêda. Comparou essa situação com as antigas provas de BTT, referindo que estas geravam maior impacto económico local, beneficiando a restauração, desde pequenos estabelecimentos como pastelarias e padarias a todos, incluindo o setor agrícola, uma vez que os participantes permaneciam no concelho durante o fim de semana. Felicitou o José Lemos pela lembrança dessa realidade, defendendo que não devem existir preconceitos relativamente a medidas adotadas no passado por outros Presidentes de Câmara, mas sim a necessidade de implementar iniciativas com planeamento e estrutura adequados. Referiu o exemplo do festival literário em curso em Vila Nova de Foz Côa, salientando que cada um interpreta e observa as realidades sob diferentes perspetivas. Acrescentou que, na semana em causa, a TSF tem dado destaque diário ao referido evento, contrapondo com a perceção de que a Mêda apenas teria sido mencionada recentemente pelas piores razões, boas em termos de segurança nomeadamente relacionado com uma operação de segurança da GNR que resultou na identificação de um indivíduo "criminoso", situação que considerou não ser o tipo de notoriedade desejável para o concelho. Sublinhou que o objetivo deveria passar por valorizar iniciativas positivas e reforçou a ideia de que existe um problema de comunicação por parte do Município da Mêda, considerando que esta área não estará a ser devidamente trabalhada. Como exemplo, referiu o festival literário de Vila Nova de Foz Côa, que terá incluído uma iniciativa em parceria com a CP, com partida em São Bento, envolvendo alunos da Escola de Belas Artes e outros participantes, com um recital de poesia até Vila Nova de Foz Côa. Defendeu que este tipo de iniciativas deve ser diferenciador e capaz de marcar a identidade dos territórios, reforçando a importância da comunicação como elemento estratégico. Concluiu afirmando que a aposta em iniciativas deste género é essencial para atrair visitantes e dinamizar o concelho, considerando que as práticas atuais não têm sido suficientes.

Usou da palavra **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** que realizou uma intervenção breve, dirigindo-se à Assembleia deliberativa e municipal. Referiu que ali se encontrava por direito próprio e com honra, tal como lhe havia sido concedido pelos seus concidadãos, para presidir à Assembleia. Salientou que todas as intervenções refletiam aquilo que se tinha passado ou que se estava a passar no município, afirmando que a intervenção antes da ordem do dia representava, de certa forma, o pulsar do município, permitindo perceber se o concelho se encontrava num bom ou mau caminho. Mencionou ainda que existiam diferentes perceções entre os presentes, havendo quem entendesse que o município estava a evoluir positivamente e quem considerasse o contrário, razão pela qual se encontravam bem patentes na Assembleia as atitudes da oposição e da maioria, considerando essa situação como normal, referindo que, no exercício da governação, era inevitável descontentar uns enquanto se procurava satisfazer outros. Referiu que, no seu entendimento, o Executivo se encontrava numa fase de crescimento, contando ainda apenas com quatro ou cinco meses de funções, pelo que considerava necessário dar tempo ao tempo. Salientou que não era fácil a entrada de um novo Executivo, com algumas ideias novas e diferentes orientações relativamente às anteriormente seguidas, sobretudo num contexto marcado por várias críticas, considerando, por isso, que governar nessas circunstâncias não era tarefa fácil. Acrescentou, contudo, que entendia que o Presidente tinha desenvolvido um grande esforço no sentido de conduzir o município a bom termo, defendendo ainda que todos deveriam contribuir e colaborar nesse propósito, pois Assembleia não é uma Assembleia governativa, é uma Assembleia deliberativa.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara, António Cesar Figueiredo.**

Usou da palavra **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** que agradeceu ao Sr. Presidente Assembleia Municipal pela intervenção realizada. Iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente da Mesa, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados Municipais e os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia. Dirigindo-se em particular aos Srs. Presidentes de Junta, referiu conhecer bem a sua capacidade reivindicativa, por já ter desempenhado essas funções, afirmando não levar a mal pelas intervenções realizadas por eles. Pelo contrário, considerou que aquele era o órgão próprio para defenderem os interesses das respetivas Freguesias, entendendo essa dinâmica como uma expressão natural do funcionamento da democracia. Dirigiu igualmente uma saudação ao público presente, deixando um cumprimento especial ao Professor Aurélio Saldanha, que considerou ter sido um funcionário exemplar durante várias décadas. Referiu que o mesmo se encontrava presente na sessão por já não se encontrar ao serviço, em virtude de se ter reformado recentemente. Expressou ainda uma mensagem de gratidão pelo percurso profissional desenvolvido, considerando que o mesmo, sem demagogia, tinha contribuído para dignificar o funcionalismo público e a defesa do interesse municipal. Endereçou-lhe os parabéns e salientou a importância de reconhecer publicamente esse percurso, bem como o de outros funcionários que também se tinham reformado, afirmando não poder deixar de manifestar essa opinião e reconhecimento. Manifestou que responderia a todas as questões sem exceção, caso o Sr. Presidente da Assembleia Municipal assim o permitisse, por considerar importante prestar todos os esclarecimentos necessários. Dirigindo-se ao Deputado Cláudio Heitor Rebelo, referiu que a situação poderia ser analisada de diferentes perspetivas, afirmando que se poderia ver o "copo meio cheio ou meio vazio" e interpretar os factos da forma que se entendesse. Esclareceu que o despacho em causa correspondia ao n.º 4022/2026, proveniente do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e do Gabinete da Secretária de Estado da Administração Local, documento esse que contemplava a aprovação relativa aos fogos de 2025 e aos montantes reportados pelas câmaras municipais. Referiu que não iria abordar todos os municípios, mas apenas aqueles que pertencem á CIM, passando a enumerar os respetivos valores de candidatura e de aprovação. Indicou que o Município de Almeida apresentava um investimento elegível de 809 mil euros, tendo obtido aprovação de 96 mil euros, acrescentando que, naquele momento, não existia qualquer garantia relativamente à obtenção do montante remanescente. Mencionou ainda que, no dia anterior, tinha estado reunido com o Sr. Presidente da CCDR e com o Sr. Secretário, afirmando considerar que ambos possuíam conhecimento direto sobre a matéria. Acrescentou que, caso existissem informações mais credíveis ou diferentes daquelas de que dispunha, estaria disponível para as ouvir e discutir. Prosseguiu apresentando os seguintes valores relativos às candidaturas e respetivas aprovações: Covilhã: candidatura de 1 milhão e 419 mil euros, com aprovação de 80 mil euros; Figueira de Castelo Rodrigo: candidatura de 15 mil euros, integralmente aprovada; Fornos de Algodres: candidatura de 1 milhão e 846 mil euros, com aprovação de 584 mil euros; Fundão: candidatura de 3 milhões e 347 mil euros, com aprovação de 1 milhão e 400 mil euros; Guarda: candidatura de 3 milhões e 586 mil euros, com aprovação de 1 milhão e 340 mil euros; Mêda: candidatura de 854 mil euros, integralmente aprovada; Pinhel: candidatura de 415 mil euros, com aprovação de 58 mil euros; Sabugal: candidatura de 3 milhões e 498 mil euros, com aprovação de 723 mil euros; Seia apresentou uma candidatura no montante de 3 milhões e 740 mil euros, tendo obtido aprovação de 1 milhão e 928 mil euros. Relativamente ao Município de Trancoso, referido como concelho vizinho e comparável em termos de áreas ardidas, informou que a candidatura apresentada ascendeu a 787 mil euros, tendo sido aprovados 139 mil euros. Manifestou afirmando que, aqueles resultados demonstravam de forma exemplar o trabalho desenvolvido pelos serviços de Proteção Civil da Câmara Municipal, considerando que o mesmo permitia responder a grande parte das questões anteriormente colocadas. Referiu que não pretendia adotar um discurso de vitimização

nem assumir uma postura de constante queixa. Acrescentou igualmente que não iria invocar o facto de o Executivo se encontrar em funções há apenas quatro ou cinco meses, considerando que é um direito de apresentarem questões, sinalizar problemas e defender os interesses dos munícipes no seio da Assembleia, entendendo tal prática como parte integrante do funcionamento democrático. Dirigindo-se ao Deputado Cláudio Heitor Rebelo, mencionou a questão levantada relativamente à dificuldade em atrair empresas para a zona industrial perante as limitações existentes ao nível dos serviços de urgência e dos serviços de saúde. A esse propósito, referiu que o primeiro lote da zona industrial tinha sido entregue recentemente, algo que, segundo afirmou, não acontecia há cerca de 25 ou 30 anos, salientando que, em períodos anteriores, apesar de os serviços de urgência e de saúde se encontrarem em funcionamento pleno, não tinham sido entregues lotes nem desenvolvida a zona industrial. Reconheceu que existiam deficiências no setor da saúde, afirmando, contudo, que sempre tinha assumido uma posição firme e intransigente na defesa dos direitos dos munícipes, referindo que, perante dificuldades, surgiam divergências de opinião e críticas diversas, utilizando a expressão popular "em terra onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão". Referiu que já tinha transmitido essas preocupações diretamente à Senhora Ministra, na presença do Senhor Presidente da Junta de Mêda, salientando que os Presidentes de Câmara eleitos não tiveram oportunidade de confrontar a Presidente de forma mais incisiva relativamente à realidade vivida no concelho. Esclareceu que, por esse motivo, entendia ser importante expressar novamente essas preocupações perante a Assembleia. Indicou que assinalava a presença do Senhor Presidente da Junta por considerar que este teria sido um dos presentes nessa ocasião, admitindo que poderiam estar igualmente presentes outras pessoas. Referiu ter transmitido à Senhora Ministra que a população se encontra cansada de informações contraditórias, defendendo que deveria ser dita a verdade relativamente ao funcionamento dos serviços de saúde. Acrescentou que, caso os serviços fossem efetivamente encerrados, então deveriam ser assumidas as posições adequadas perante essa realidade. Afirmou que aquilo que é transmitido oficialmente é que os serviços permanecem abertos e continuarão a funcionar, mas considerou que, na prática, os mesmos se encontram encerrados, entendendo que essa situação configura uma forma enganosa e encapotada de comunicar com a população. Sublinhou que, enquanto Presidente da Câmara, não se sente satisfeito com a posição assumida da tutela, acrescentando que não consegue transmitir aos munícipes, deputados municipais e Presidentes de Junta uma mensagem coerente quando a informação oficial contradiz a realidade sentida no terreno. Dirigindo-se novamente ao Senhor Deputado Cláudio Heitor Rebelo, referiu que, também o seu médico de família é o Doutor Bruno, mas defendeu que tal não deve impedir a apresentação de reivindicações ou críticas institucionais, acrescentando que o Senhor Deputado teve oportunidade de confrontar diretamente o referido responsável durante a reunião realizada, entendendo que não o fez. Frisou que, na reunião em causa, estiveram presentes o Senhor Mário Lobão, o Senhor Presidente de Junta José Félix Lemos, e os Srs. Vereadores, considerando que todos tiveram oportunidade de questionar quer a Senhora Diretora, quer o Senhor Diretor, relativamente à importância da saúde no concelho. Afirmou que as questões e pedidos de esclarecimento apresentados naquela intervenção poderiam e deveriam ter sido colocados diretamente nessa reunião, entendendo que existiu oportunidade para o efeito, mas que tal não aconteceu. Acrescentou que não tem por hábito afirmar aquilo que não ouviu nem atribuir declarações que não tenham sido efetivamente produzidas, salientando que a reunião terá ficado gravada, permitindo confirmar o que foi dito. Não obstante, reconheceu que a saúde constitui uma matéria transversal e prioritária para o concelho, defendendo que não deve ser objeto de aproveitamento político. Nesse ponto, referiu concordar com as posições anteriormente expressas pelo Senhor Deputado Cláudio Heitor Rebelo, e pelo Sr. José Félix Lemos Presidente de

Junta, considerando que sem condições adequadas na área da saúde o concelho fica limitado na sua capacidade de desenvolvimento e afirmação territorial. Manifestou que responderia posteriormente às questões colocadas pelo Deputado Marco Saldanha, relativamente ao tema da entrega dos lotes na área de acolhimento empresarial, reconhecendo-lhe uma postura crítica, mas assertiva, nas intervenções produzidas. Referiu que, apesar da entrega do primeiro lote na área de acolhimento empresarial representar um momento relevante, não se sentia plenamente satisfeito pelo facto de esse passo apenas ocorrer agora, considerando que a disponibilização de lotes e a captação de investimento deveriam ter acontecido ao longo das últimas décadas. Afirmou acreditar que o desenvolvimento do território depende essencialmente da iniciativa privada, do empreendedorismo, da criação de riqueza, da fixação de empresas e da criação de postos de trabalho, sublinhando tratar-se de uma convicção pessoal e não de uma posição ideológica. Defendeu que a criação de riqueza e emprego no concelho permite igualmente reforçar a pressão positiva sobre os serviços públicos, designadamente nas áreas da saúde, justiça e ação social, demonstrando à tutela que o território tem capacidade para fixar população e gerar dinâmica económica. Relativamente à entrega do primeiro lote, esclareceu que a cerimónia realizada teve um caráter simbólico e excecional, não prevendo que os restantes processos decorram nos mesmos moldes. Justificou essa opção com a necessidade de conferir dignidade ao investimento e comunicar publicamente as oportunidades existentes no concelho. Referiu que o projeto associado ao primeiro lote prevê a criação de vinte e quatro postos de trabalho e um investimento global de cerca de 2,7 milhões de euros, considerando este facto motivo de esperança para o futuro do concelho. Acrescentou ainda que, no prazo de quinze dias a um mês, deverá ocorrer a entrega de um segundo lote, associado à instalação de outra empresa no território, ainda que com uma dimensão inferior em termos de criação de emprego. Afirmou que, é através de pequenos passos concretos e objetivos que o concelho poderá evoluir, considerando que tais medidas deveriam ter sido implementadas anteriormente, mas não o foram. Manifestou que não pretendia formular críticas ao passado, mas antes reconhecer uma realidade que, no seu entendimento, exige o início de um ciclo diferente, capaz de proporcionar uma perceção distinta do concelho na próxima década. Dirigindo-se à Senhora Presidente da Junta de Marialva, abordou as reclamações relacionadas com os buracos existentes na via pública, esclarecendo que contactou o encarregado do armazém municipal para averiguar a situação. Explicou que algumas intervenções realizadas nos meses de janeiro e fevereiro estiveram relacionadas com obras de saneamento e abastecimento de água, nomeadamente junto da mercearia e do café local. Acrescentou que, na dinâmica atual dos serviços municipais, a reposição dos pavimentos ocorre, em regra, num prazo máximo de cerca de cinco meses após a intervenção, reconhecendo que esse período poderá ser considerado excessivo, mas afirmando tratar-se da capacidade de resposta atualmente existente. Ainda assim, garantiu ter solicitado ao Sr. Rui Morgado a verificação e resolução da situação em causa. Relativamente à iluminação pública, reconheceu existirem atrasos na reposição de candeeiros danificados ou furtados, admitindo que um dos casos referidos se encontra pendente há vários meses e comprometendo-se a acompanhar a situação. Acrescentou igualmente que o Município apoiou a requalificação do caminho para o castelo, salientando a importância da cooperação entre a Câmara Municipal e as autarquias locais. Dirigindo-se ao Deputado Pedro Lourenço, referiu apreciar a postura crítica e assertiva do mesmo, embora salientando que determinadas questões colocadas à Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Poço do Canto deveriam ser tratadas no âmbito próprio da Assembleia de Freguesia. Ainda assim, manifestou convicção de que a situação já seria do conhecimento da presidente e que a mesma procuraria resolvê-la. Quanto ao bairro do Barrocal, recordou ter assumido, no início do ano, o compromisso de lançar novo concurso público relativo à intervenção prevista para aquele local, reconhecendo que o tema continuará a ser objeto de

crítica nas próximas Assembleias. Informou que o Município dispõe agora das ferramentas necessárias para voltar a lançar o respetivo procedimento concursal, mas manifestou que o seu principal receio relativamente ao processo do bairro do Barrocal é que o novo concurso público volte a ficar deserto. Recordou que o projeto iniciou com um orçamento estimado de cerca de um milhão e meio de euros, tendo posteriormente sido aumentado para aproximadamente um milhão e setecentos e cinquenta mil euros no segundo concurso, atingindo depois um valor próximo dos dois milhões de euros, sem que tivesse surgido qualquer proposta. Acrescentou que o Município enfrenta igualmente dificuldades relacionadas com a disponibilidade de empreiteiros para executar este tipo de obra, defendendo que também não seria sustentável continuar sucessivamente a aumentar o valor da empreitada, sob pena de a requalificação atingir montantes muito elevados e suscitar críticas públicas relativamente ao custo final da intervenção. Ainda assim, reiterou a intenção de lançar novamente o concurso público, procurando verificar se, com valores situados entre um milhão e oitocentos mil euros e dois milhões de euros, será possível concretizar a requalificação do bairro do Barrocal. Referiu que, caso o procedimento volte a ficar deserto, o Município terá limitações financeiras para avançar com a obra, admitindo que apenas através de recurso a empréstimo poderia ser equacionada a sua execução, situação que dependeria de uma decisão política e da respetiva autorização dos órgãos competentes. Acrescentou que o Município não dispõe de verbas suficientes no ITI para suportar diretamente aquela intervenção. Relativamente à questão da mobilidade do concelho, referiu ter assumido alguns compromissos para o ano de 2026, assim com a abertura da discussão sobre o feriado municipal, tema que será inicialmente debatido em reunião de Câmara e posteriormente submetido à apreciação da Assembleia Municipal. Acrescentou ainda que pretende promover uma reflexão sobre os elementos identitários do concelho, designadamente o brasão e outros aspetos de comunicação institucional, à semelhança do que sucede noutros municípios, defendendo a importância de definir elementos distintivos que reforcem a identidade territorial da Mêda. Informou que essa matéria será discutida em próxima reunião de Câmara e posteriormente apreciada pela Assembleia Municipal. Referiu ainda que o Município prevê apresentar à discussão, até ao final do mês de agosto discussão essa que deverá ocorrer em setembro, por não existir Assembleia Municipal em agosto o Plano de Mobilidade Urbana do concelho. Esclareceu que o referido plano abrangerá não apenas a mobilidade interna no concelho, mas também as ligações para o exterior do território. Acrescentou que, embora reconheça a legitimidade das reclamações apresentadas sobre esta matéria, considera não ser possível avançar com soluções definitivas antes da conclusão do estudo e da definição formal do plano de mobilidade urbana. Relativamente à toponímia, reconheceu existirem atrasos, recordando que já tinha assumido, na Assembleia anterior, o compromisso de resolver essa questão durante o ano de 2026. Reiterou que esse compromisso se reporta ao corrente ano e não ao restante período do mandato, sublinhando que o objetivo se mantém. Acrescentou que a repetição da questão da toponímia em sucessivas Assembleias não altera os prazos anteriormente assumidos, reafirmando que a resolução do processo deverá ocorrer ao longo do ano de 2026. Quanto ao gabinete de apoio aos Presidentes de Junta, recordou igualmente ter assumido o compromisso da sua criação durante o ano de 2026, tratando-se de uma medida prevista desde a campanha eleitoral e posteriormente reiterada junto dos autarcas de Freguesia. Explicou que o objetivo desse gabinete será criar um elo de ligação mais direto entre as Juntas de Freguesia e os serviços municipais, permitindo uma resposta mais célere a situações correntes, evitando que os Presidentes de Junta dependam exclusivamente do contacto direto com o Presidente da Câmara para resolução de assuntos do quotidiano. Reafirmou que a criação desse gabinete continua a ser um compromisso do Executivo para o presente ano. Referiu igualmente que assumiu o compromisso de resolver a situação relacionada com a fossa mencionada pelo

Presidente da Junta da Coriscada, reconhecendo que tal ainda não foi concretizado. Acrescentou que já solicitou aos serviços técnicos municipais a procura de uma solução para o problema, reiterando a intenção de o resolver durante o ano de 2026. Sublinhou tratar-se de um compromisso assumido perante o Presidente Adelino Bandeira, afirmando valorizar o cumprimento da palavra dada, por considerar que a credibilidade dos responsáveis políticos depende da concretização dos compromissos assumidos. Acrescentou que os membros da Assembleia poderão concordar ou discordar das suas posições, mas afirmou assumir integralmente as consequências das suas palavras e dos seus atos, defendendo que a atividade política deve pautar-se pela seriedade e transparência. Referiu ainda que agir com transparência não significa afirmar possuir solução imediata para todos os problemas, nem atribuir responsabilidades exclusivamente aos anteriores Executivos, considerando que tal não resolve os problemas atuais. Defendeu, antes, a necessidade de existir uma estratégia definida para enfrentar as dificuldades existentes. Nesse âmbito, voltou a referir a situação da sinalização rodoviária e do estado geral das estradas em todas as Freguesias, reconhecendo tratar-se de uma preocupação transversal ao concelho. Relativamente às marcações temporárias anteriormente referidas pelo Deputado Hermínio Albino, observou que o Município tem de avaliar não apenas as necessidades existentes, mas também os meios financeiros disponíveis para concretizar as intervenções necessárias. Relativamente à escola do 2.º e 3.º ciclo, referiu que o visto do Tribunal de Contas foi apenas recebido recentemente, apesar de a obra já ter iniciado há mais de um ano. Referiu que teve de resolver a situação relacionada com a obra da escola, de forma a salvaguardar o financiamento associado ao PRR, acrescentando que essa questão responde igualmente às observações anteriormente efetuadas pelo Senhor Deputado Cláudio Heitor Rebelo relativamente à taxa de execução dos fundos. Sublinhou que a avaliação da execução deverá ser feita no final do processo, afirmando que "é no final da vindima é que se lavam os cestos", defendendo que o essencial é garantir a concretização efetiva dos investimentos. Acrescentou que, na reunião realizada no dia anterior com o Senhor Presidente da CCDR, a principal preocupação passou por assegurar não apenas a execução financeira do PRR, mas sobretudo a concretização da obra do agrupamento de escolas, entendendo que o mais importante é garantir instalações condignas para os alunos e condições adequadas para o funcionamento das aulas. Referiu que a situação foi tratada de forma transparente, esclarecendo que o Município apenas dispõe de cerca de um milhão e meio de euros de financiamento PRR para a empreitada, existindo ainda trabalhos complementares no valor aproximado de setecentos mil euros. Afirmou que não considera útil atribuir responsabilidades ao passado relativamente à situação da obra, entendendo que a prioridade deve ser encontrar soluções para os problemas existentes. Nesse sentido, informou que o financiamento necessário foi acautelado, permitindo avançar com os trabalhos complementares previstos. Manifestou expectativa de que a situação possa estar concluída até ao final do ano, acrescentando que o Presidente da CCDR terá igualmente prestado esclarecimentos relativamente ao calendário e execução do PRR. Manifestou que, o Senhor Ministro da Economia e da Coesão, Castro Almeida, utiliza atualmente o conceito de "conclusão substancial" relativamente à execução dos projetos financiados pelo PRR. Explicou que será realizada, dentro de cerca de dois meses, uma avaliação à percentagem de execução da obra da escola, sendo essa avaliação determinante para a manutenção do financiamento atribuído. Esclareceu que, caso a obra apresente uma execução reduzida exemplificando com valores na ordem dos 10%, 15% ou 20% o Município poderá ser obrigado a devolver os montantes recebidos, perdendo o respetivo financiamento. Acrescentou, contudo, que se a obra atingir uma percentagem de execução considerada suficientemente elevada, o financiamento poderá ser mantido. Nesse contexto, manifestou o compromisso de assegurar uma taxa de execução significativa da empreitada, esclarecendo que a obra esteve temporariamente parada porque o

Executivo aguardava as necessárias deliberações dos órgãos municipais competentes. Defendeu que não seria correto avançar com os trabalhos sem ouvir previamente a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, considerando que tal procedimento não seria compatível com os princípios de transparência que pretende seguir. Referiu que a situação foi inicialmente apreciada pela Câmara Municipal e posteriormente submetida à Assembleia Municipal, tendo o Executivo avançado apenas após a respetiva aprovação. Acrescentou que, aquando da visita da Deputada Aida Carvalho à obra, os trabalhos já se encontravam em execução, tendo a mesma reconhecido no local as insuficiências existentes e a necessidade de continuidade da intervenção. Sublinhou novamente que não poderia ter autorizado o avanço da obra sem a aceitação formal da Assembleia Municipal, considerando que a responsabilidade política do processo lhe pertence integralmente após as deliberações tomadas. Informou ainda que, segundo o entendimento transmitido pelo Senhor Presidente da CCDR, será necessário atingir uma taxa de execução superior a 75% até ao mês de junho, de forma a evitar a devolução das verbas do PRR e permitir o prolongamento da execução da obra até ao mês de outubro. Acrescentou que os trabalhos complementares atualmente previstos têm prazo de execução até ao final do ano. Explicou que o contrato inicialmente celebrado previa que o empreiteiro concluísse a obra da escola até março do próximo ano, enquanto o prazo de execução do PRR termina já em junho/agosto do corrente ano. Referiu que, perante essa incompatibilidade de prazos, o Executivo procedeu à reavaliação do processo, tendo sido obtido o respetivo visto do Tribunal de Contas, bem como definido um compromisso de execução substancial da obra até ao mês de junho. Defendeu que o Município está a realizar o trabalho possível dentro das circunstâncias existentes, reiterando que assumirá integralmente as responsabilidades decorrentes das decisões tomadas, sem se eximir às mesmas. Acrescentou que a situação da escola constitui uma preocupação para toda a comunidade, em especial para os pais e encarregados de educação, sublinhando, apesar de não ser pai, a importância de o concelho dispor de uma infraestrutura escolar digna e adequada às necessidades dos alunos. Sustentou ainda que a qualidade das condições de ensino influencia diretamente a formação das futuras gerações. Dirigindo-se ao Deputado Marco Saldanha, referiu que o convite ao General Lemos Pires para as comemorações do 25 de Abril resultou da sua própria visão sobre a atualidade daquela data histórica, entendendo que as gerações nascidas após o 25 de Abril devem promover uma reflexão contemporânea sobre o significado da democracia e da liberdade. Manifestou que o 25 de Abril trouxe responsabilidades permanentes à sociedade, salientando que a defesa da liberdade, dos direitos humanos e dos valores democráticos deve ser exercida diariamente. Acrescentou que considerou importante convidar uma personalidade ligada à defesa nacional para participar nas comemorações, tratando-se de alguém que atualmente exerce funções relacionadas com a NATO e representa Portugal naquele contexto internacional. Entendeu que a presença de uma figura com esse percurso constitui igualmente um reconhecimento para o território e uma oportunidade para abordar não apenas o significado histórico do 25 de Abril, mas também os desafios atuais do período pós-25 de Abril, particularmente no contexto militar e geopolítico. Referiu ainda que o atual contexto internacional, marcado pela existência de conflitos armados relativamente próximos da Europa, exige uma maior consciência coletiva sobre as consequências dessas situações, salientando que os efeitos da guerra já se fazem sentir através do aumento do custo de vida e dos combustíveis, podendo vir a traduzir-se noutro tipo de impactos no futuro. Defendeu que esta é uma realidade que deve ser discutida e compreendida pela população, considerando importante promover esse debate junto da comunidade. Relativamente as observações do Deputado Hermínio Albino relativas à imagem e beleza das Freguesias, que acredita que todos os Presidentes de Junta desejam naturalmente o melhor para as respetivas localidades. Acrescentou, contudo, que as limitações enfrentadas pelos Presidentes de Junta nas freguesias são semelhantes às limitações

Almeida

sentidas pelo próprio Executivo Municipal na gestão do concelho. Sublinhou que muitas das habitações devolutas existentes pertencem a particulares, encontrando-se frequentemente associadas a processos de heranças ou conflitos familiares entre proprietários, situações sobre as quais o Município possui reduzida capacidade de intervenção direta. Ainda assim, considerou que tanto o Município como as Juntas de Freguesia procuram fazer o possível e, por vezes, o impossível para criar melhores condições de atratividade no território. Referiu igualmente que a atratividade do concelho não depende apenas da beleza paisagística, da gastronomia ou da permanência temporária de visitantes, defendendo que, para as pessoas se fixarem de forma permanente, é essencial garantir condições económicas, emprego e rendimento. Nesse sentido, voltou a defender a necessidade de criação de riqueza, emprego e empreendedorismo como pilares fundamentais para o desenvolvimento do concelho, salientando igualmente a importância de uma atitude crítica, mas construtiva, orientada para a resolução dos problemas. Relativamente ao Plano Municipal da Juventude, informou que o mesmo se encontra em curso, acrescentando que a Senhora Vereadora lhe facultou informação sobre diversas atividades previstas para as próximas semanas e meses. Referiu ainda que essas iniciativas já integravam a orgânica e o planeamento municipal, independentemente das intervenções efetuadas na Assembleia. Manifestou julgar ter respondido à generalidade das questões colocadas durante o período de intervenções, admitindo, no entanto, a possibilidade de alguma matéria não ter sido totalmente esclarecida. Acrescentou que os Senhores Deputados e restantes membros da Assembleia poderão voltar a colocar questões adicionais no âmbito do período destinado às informações do Presidente. Concluiu agradecendo.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, apresentou a apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea c) do artigo 25° do anexo I a que se refere o n° 2 do artigo 1° da lei n° 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** abriu o período de inscrições, tendo sido registadas cinco solicitações para uso da palavra: Cláudio Heitor Rebelo, Óscar Sampaio, Pedro Lourenço, José Félix Lemos, Mário Lobão.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra ao Deputado Cláudio Heitor Rebelo.

Usou da palavra o **Deputado Cláudio Heitor Rebelo**, iniciou a sua intervenção questionando o ponto de situação relativo à alteração do Regimento da Assembleia Municipal, perguntando pelo processo se já se desenvolveu algum trabalho ou tomou alguma iniciativa nesse sentido. Esclareceu que, enquanto o Regimento não for alterado, o período destinado à informação escrita do Senhor Presidente não possui limite de tempo de intervenção, salientando que essa disposição consta expressamente do atual Regimento, cuja elaboração integrou. Referiu depois dois aspetos que, no seu entendimento, se enquadram igualmente na informação escrita do Senhor Presidente, começando pela questão das obras da escola. A propósito da referência efetuada à reunião realizada em Coimbra, no dia 13 de abril, com o Senhor Ministro da Educação, deduziu que o Senhor Presidente da Câmara esteve presente nesse encontro e considerou que, nessa ocasião, deverá ter sido prestada informação sobre os problemas relacionados com a obra da escola. Sublinhou que, a situação da escola constitui uma preocupação de toda a comunidade "pois nós todos somos uma comunidade escolar". Referiu que, na sequência da última Assembleia Municipal, procuraram acompanhar o ponto de situação relativo às obras da escola, constatando que, passados dois meses, existia uma perceção de paralisação da empreitada, situação cuja justificação entretanto foi esclarecida pelo Senhor Presidente da Câmara. Sublinhou, contudo, que uma das funções dos Deputados Municipais, conforme previsto no

próprio site institucional da Assembleia Municipal, consiste em acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. Nesse sentido, pediu que as intervenções efetuadas anteriormente não fossem entendidas como críticas excessivas ou ataques políticos, mas antes como parte do dever de fiscalização e acompanhamento democrático, salientando que todos os membros da Assembleia vivem no concelho e pretendem o melhor para o território. Relativamente à reunião sobre a saúde anteriormente mencionada, esclareceu que não permaneceu em silêncio durante a mesma, afirmando que tanto ele como o Presidente da Junta Freguesia de Mêda Outeiro de Gatos e Fonte Longa José Félix Lemos, colocaram questões durante a sessão. Acrescentou, no entanto, que considerou que a reunião realizada na Mêda correspondeu a um modelo de sessão que a ULS se encontra a promover em vários concelhos do distrito, entendendo que tal se revelou insuficiente face à gravidade dos problemas existentes no concelho. Referiu ainda que o Executivo teve posteriormente oportunidade de participar numa reunião partidária com a Senhora Ministra, considerando que nesse contexto terão sido abordadas outras realidades territoriais onde os problemas relacionados com a ausência de urgências não se colocam da mesma forma. Esclareceu que, as questões por si levantadas não incidiam apenas sobre a saúde, mas também sobre a capacidade de atrair investimento e empresas para o concelho, nomeadamente em áreas ligadas à metalurgia e outras atividades económicas. Lembrou que, na atualidade, a existência de um serviço de urgência constitui um fator importante também para a atividade económica e empresarial, nomeadamente para empresas industriais e serralharias, onde podem ocorrer acidentes de trabalho, considerando, por isso, legítimas e pertinentes as questões anteriormente levantadas sobre a área da saúde. Relativamente à referência efetuada ao FEM, Fundo de Emergência Municipal esclareceu que a sua observação incidia essencialmente sobre a desproporção entre a dimensão da área ardida no concelho da Mêda e o montante de apoio atribuído, afirmou considerar reduzida a verba destinada ao Município face à dimensão dos incêndios ocorridos no verão anterior e às necessidades identificadas no território, sobretudo quando comparada com os montantes atribuídos a outros concelhos afetados. Reconheceu que não se podem estabelecer comparações diretas com municípios de maior dimensão, mas defendeu que deve ser considerada a extensão da área ardida e a percentagem do território afetado pelos incêndios. Sublinhou que apenas duas Freguesias do concelho não foram atingidas pelos fogos, considerando, por isso, que a dimensão do impacto sofrido pela Mêda justificaria um apoio mais elevado. Acrescentou ainda que os cerca de oitocentos mil euros atribuídos ao concelho correspondem ao valor considerado elegível para financiamento imediato, esclarecendo que os montantes mais elevados atribuídos a outros municípios dizem igualmente respeito a verbas elegíveis, embora distribuídas por diferentes períodos de execução. Manifestou que, no caso da Mêda, a totalidade da verba prevista deverá ser recebida ainda durante o corrente ano, conforme consta da documentação oficial consultada. Considerou que os esclarecimentos anteriormente prestados permitiram clarificar as questões levantadas. Solicitou esclarecimentos relativamente a uma candidatura ou protocolo associado à CIM, relacionado com a área da mobilidade, questionando concretamente o ponto de situação referente aos carros ou autocarros previstos nesse âmbito. Manifestou que, na Assembleia Intermunicipal, percebeu existir um problema relacionado com o PRR, nomeadamente quanto ao cumprimento dos prazos e à possibilidade de perda de financiamento. Solicitou esclarecimentos relativamente aos processos de mobilidade em curso, questionando o Senhor Presidente sobre a situação dos autocarros associados ao PRR. Referiu ainda que, na referida reunião, não ficou devidamente esclarecido quais os apoios e candidaturas que abrangiam especificamente o Município da Mêda, motivo pelo qual voltou a solicitar esse esclarecimento. Informou que, por compromissos previamente assumidos, não estaria presente na sessão comemorativa do 25 de Abril, mas sugeriu que, no próximo ano, pudesse ser realizada uma conferência de líderes para

preparação dessas comemorações, referindo que é prática habitual noutros municípios, como Trancoso e Seia, a realização de Assembleias Municipais extraordinárias dedicadas ao 25 de Abril, considerando que todos os eleitos têm o dever de estar presentes nessas celebrações. Manifestou que o importante é dar honra e dignidade ao 25 de Abril. Acrescentou concordar que o Senhor Presidente do Município tenha a sua própria visão sobre a data, afirmando, no entanto, possuir uma perspetiva diferente, sobretudo num contexto em que existem questões laborais e sociais que afetam os trabalhadores. Considerou que esses são precisamente os momentos em que os valores do 25 de Abril devem estar no centro da discussão pública, defendendo que a evocação da data deve estar associada à luta por mais direitos e por uma sociedade mais justa.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra ao Deputado Óscar Sampaio.

Tomou da palavra o **Sr. Deputado Óscar Sampaio,** cumprimentou novamente a Mesa, na pessoa do Senhor Presidente, bem como o Executivo Municipal, os deputados da oposição do Partido Socialista, os Senhores Presidentes de Junta e respetivos deputados. Fez ainda referência ao público presente, destacando em particular a presença do Dr. Aurélio Saldanha, a quem reconheceu o trabalho desenvolvido em prol do município, saudando igualmente os restantes presentes e os funcionários de apoio. Referiu que centraria a sua intervenção na questão da saúde, considerando pertinente que o tema já tivesse sido abordado anteriormente durante a sessão. Afirmou que aquilo que a população da Mêda pretende é a continuidade dos serviços de saúde, desejando inclusivamente a sua melhoria. Reforçou que essa deve ser uma luta comum de todos os eleitos, independentemente das posições políticas. Considerou existir a perceção de que os serviços estariam a ser mantidos apenas até determinados momentos políticos, referiu que, até ao momento, existia a perceção de que os serviços estavam a ser mantidos por conveniência política, afirmando que parecia haver a preocupação de evitar encerramentos antes dos períodos eleitorais, adiando posteriormente decisões mais gravosas, nomeadamente o eventual encerramento "devagarinho" dos serviços de saúde. Referiu que as questões anteriormente elencadas, enquanto expressão da participação em reuniões partidárias, devem efetivamente ter lugar, considerando importante que os eleitos participem nesses fóruns e tragam posteriormente o relato das intervenções realizadas, conhecendo o Senhor Presidente e o Senhor Presidente da Junta José Félix Lemos, não tinha dificuldade em aceitar como verdadeiras as posições por ambos assumidas nessas reuniões, considerando que foram afirmativos e demonstraram indignação relativamente à forma como o processo da saúde e a população da Mêda têm sido tratados. Sublinhou tratar-se de uma matéria da maior relevância, recordando ainda os valores associados ao 25 de Abril, referindo que paz, saúde, educação e liberdade são princípios fundamentais de uma sociedade democrática. Apelou ao Senhor Presidente para que continue a fazer tudo o que estiver ao seu alcance na defesa dos interesses do concelho, tal como, segundo afirmou, aconteceu noutros tempos em que foi necessário tomar posições firmes perante situações em que sentiram não estar devidamente protegidos ou defendidos. Referiu que as posições assumidas anteriormente não diziam respeito apenas a uma força política, mas sim a toda a comunidade medense, salientando que, noutras circunstâncias, também souberam ser firmes e reivindicativos na defesa dos interesses do concelho. Acrescentou que, apesar de reconhecer o enquadramento político resultante das eleições, entende que, ao nível local, os eleitos devem saber afirmar-se perante o poder central sempre que os interesses do município assim o exijam, defendendo que, quando as decisões tomadas não servem adequadamente o território, os representantes locais devem assumir uma posição firme e contestatária. Por fim, desejou uma boa comemoração do 25 de Abril, referindo que iria participar nas celebrações em Lisboa, concretizando um sonho pessoal de descer avenida. Recordou a importância dos valores conquistados com o 25 de Abril, considerando que compete às gerações atuais preservar,

consolidar e melhorar esses princípios. Concluiu afirmando que continuará sempre disponível para lutar pelos valores de Abril, desejando igualmente uma boa comemoração no Salão Nobre.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao Deputado Pedro Lourenço.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Pedro Lourenço,** manifestou que, após a análise do relatório de atividades apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Mêda, importa fazer uma leitura política séria e responsável do documento. Referiu que, na sua perspetiva, o relatório revela um padrão em que é apresentada uma agenda extensa de presenças institucionais, reuniões, eventos, inaugurações e participação em iniciativas diversas, mas sem evidenciar, de forma suficiente, resultados concretos e mensuráveis para o concelho. Afirmou que existe uma diferença fundamental entre participação e presença e a efetiva produção de impacto no território, considerando que o documento em análise tende a confundir essas duas dimensões. Nesse sentido, sublinhou a ausência de indicadores claros sobre investimentos captados, projetos estruturantes efetivamente concretizados ou melhorias tangíveis na vida das populações. Acrescentou ainda que se verifica uma forte aposta na visibilidade institucional e política, nomeadamente através da participação em feiras, encontros e cerimónias, mas que essa visibilidade não é acompanhada, no seu entendimento, por uma estratégia clara de desenvolvimento local. Considerou que iniciativas como a presença na BTL ou reuniões intermunicipais apenas fazem sentido se se traduzirem em resultados concretos, como criação de emprego, fixação de população ou retorno económico para o concelho, o que entende não estar demonstrado no relatório. Referiu que, áreas essenciais como a ação social e a educação são tratadas de forma insuficiente," superficial" salientando que, embora sejam mencionadas atividades, atendimentos e candidaturas, não é apresentada uma avaliação de impacto nem uma estratégia estruturada para enfrentar problemas. Relativamente a economia manifestou que não existem praticamente medidas concretas de atração de investimento ou apoio consistente ao tecido empresarial.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa, José Félix Lemos.

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa José Félix Lemos,** iniciou a sua intervenção referindo-se à intervenção do Deputado Óscar Sampaio, considerando que, apesar de não ter intervindo no período próprio da ordem do dia, a sua intervenção se revelou relevante. Acrescentou que, embora se estivesse no âmbito das informações do Senhor Presidente, durante o decorrer da Assembleia vão sendo apresentadas intervenções que, no seu entendimento, permitem a cada eleito acrescentar contributos. Referiu ainda que os cidadãos que votaram nos eleitos valorizam que estes possam, em sede própria, abordar os diferentes temas em discussão, independentemente da fase formal do ponto da ordem de trabalhos, destacando que tal prática contribui para um debate mais completo. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que, tanto ele como a Senhora Presidente da Junta de Marialva, não falaram para criticar, mas sobretudo para incentivar e alertar para os problemas existentes. Reconheceu que o Senhor Presidente é uma pessoa que luta e batalha pelo concelho, considerando que essa também deve ser a postura de todos os eleitos, defendendo que não se podem resignar perante as dificuldades. Acrescentou que as preocupações anteriormente manifestadas, quer por si, quer pelo Deputado Cláudio, assim como as posições assumidas nas reuniões realizadas com a ULS e com a Senhora Ministra, têm precisamente como objetivo evitar que o concelho seja esquecido, afirmando que não quer que se confirme a ideia de que a população e os eleitos se estão a "habituar" ou a conformar com a perda gradual de serviços e direitos no concelho. Referiu que não queria que o Cláudio Heitor Rebelo tivesse razão,

mas que, no fundo, era isso que considerava estar a acontecer, entendendo que todos se estavam a acomodar à situação e a aceitá-la como algo normal e natural, o que, na sua opinião, não podia ser aceite. Manifestou que tanto ele como a Senhora Presidente da Junta de Marialva, quando as reivindicações fossem atendidas, iriam certamente felicitar quem tivesse ajudado nas pretensões apresentadas. Relativamente à informação prestada pelo Senhor Presidente, referiu que tinha visto com agrado a criação do projeto que estava a decorrer nas Freguesias, relacionado com as quedas e com os procedimentos que as pessoas deveriam adotar em situações dessa natureza. No âmbito das informações prestadas, dirigindo-se ao Cláudio Heitor Rebelo, referiu que o concelho da Mêda não tinha sido o que ardeu mais, mas tinha sido aquele que registou maiores prejuízos agrícolas. Explicou que, por esse motivo, o concelho da Mêda iria receber um montante superior ao de Trancoso, apesar de Trancoso ter sido mais afetado pelos incêndios. Acrescentou que, no caso da Mêda, a área agrícola tinha sido a mais atingida e que era precisamente essa área que tinha sido comparticipada. Informou ainda que o concelho iria receber perto de três milhões de euros, ou, conforme constava das informações, cerca de 2.700.000 euros já atribuídos no âmbito das candidaturas relacionadas com os incêndios florestais. Referiu também que Trancoso não iria receber um montante tão elevado, uma vez que a área ardida tinha sido maioritariamente florestal e não tinha sido contemplada da mesma forma. Questionou ainda se estaria concluído o trabalho que estava a ser realizado junto às bermas e vias, designadamente a limpeza da faixa até vinte metros de todas as árvores ardidas que teriam de ser abatidas. Apesar de reconhecer que não era da sua função, fez também uma observação relativamente à referência feita anteriormente pelo Deputado Pedro Lourenço sobre a queda do muro no Poço do Canto, considerou que, tratando-se de um muro privado, os proprietários teriam oportunidade de apresentar candidatura para a sua reconstrução. Acrescentou que as Juntas de Freguesia não tinham sido contempladas nesse âmbito, mas sim os particulares. Referiu ainda que, no caso concreto do Poço do Canto, sendo um muro privado, a Senhora Presidente da Junta deveria informar o proprietário de que, em princípio, teria primeiro de suportar o custo da obra para depois vir a ser ressarcido. Terminando a sua intervenção, desejou paz e saúde para todos, referindo que a democracia e o 25 de Abril constituíam uma comemoração contínua, sendo necessário garantir que os valores da liberdade e da igualdade fossem vividos e defendidos no presente e no futuro. Acrescentou que todos tinham o dever de pugnar pela democracia, salientando que era por essa razão que ali se encontravam e que tinha sido por esses valores que tinham tido a oportunidade de ser eleitos. Concluiu a sua intervenção com a expressão "Viva o 25 de Abril" e agradeceu a atenção.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra o Sr. Deputado Mário Lobão.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Mário Lobão,** dirigiu cumprimentos ao Senhor Presidente da mesa e da Câmara Municipal, à restante vereação, aos colegas deputados, aos Senhores Presidentes de Junta e ao público em geral, manifestando o prazer de estar presente na sessão. Referiu, contudo, que, após ler e conhecer o conteúdo anteriormente apresentado, considerava que já muito tinha sido dito, ficando pouco por acrescentar. Ainda assim, mencionou que, ao analisar a informação do Senhor Presidente, notara uma falha, pelo menos na sua perspetiva, relativamente ao reconhecimento do programa relacionado com as quedas, assunto que, segundo afirmou, tinha também sido referido pelo José Félix Lemos. Acrescentou que poderia ter sido uma leitura menos atenta da sua parte, mas salientou que o tema acabara por ser mencionado, o que considerou positivo. Observou igualmente que constavam várias reuniões na informação apresentada, entendendo isso como prova da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal. Contudo, referiu que, naquele âmbito específico, não tinha encontrado referência mais detalhada ao assunto, enquadrando-o na área da saúde, sobre a qual afirmou não existirem grandes

novidades, embora demonstrasse satisfação pelo trabalho desenvolvido. Recordou a reunião realizada no mês anterior com a ULS, na qual, segundo afirmou, muito tinha sido discutido e todos os presentes tinham manifestado preocupação relativamente ao eventual encerramento do SAC. Acrescentou que, para si, bem como para a população, a terminologia utilizada era secundária, explicando que as pessoas viam o serviço apenas como centro de saúde e urgência, independentemente de ser designado por SAC ou ULS. Retomando a referência ao programa das quedas, afirmou que a reunião com a ULS permitira perceber que aquela entidade tinha determinados objetivos, os quais, conforme anteriormente mencionado pelo Cláudio, estavam relacionados com a apresentação de números e resultados estatísticos. Prosseguindo a sua intervenção, referiu que a apresentação de números constituía um dos objetivos da ULS e que o programa em causa tinha sido apresentado ao Município, que afirmou considerar uma iniciativa positiva. Acrescentou que tal demonstrava a intenção da ULS em cumprir mais um dos objetivos definidos, permitindo, no final, apresentar resultados que comprovassem o cumprimento das metas estabelecidas e o bom funcionamento da entidade. Deixou ainda uma consideração relativamente ao processo de negociação, afirmando entender que o Senhor Presidente da Câmara, bem como todo o Executivo, ou alguém por este designado, deveriam acompanhar diretamente essa matéria. Referiu também ter ficado satisfeito pelo facto de o Senhor Presidente da Câmara assumir pessoalmente essa negociação. Acrescentou que, em qualquer processo negocial, existiam sempre cedências de ambas as partes. Nesse sentido, salientou que a Câmara Municipal já tinha efetuado uma cedência à ULS, designadamente através da disponibilização de um funcionário para o referido programa, explicando que este não era apenas um programa da Câmara, mas sim um projeto desenvolvido em parceria entre a Câmara Municipal e a ULS, no âmbito de um protocolo estabelecido entre ambas as entidades. Prosseguindo a sua intervenção, manifestou o entendimento de que a Câmara Municipal deveria agora, no decurso das negociações, exigir também cedências por parte da ULS, aproveitando a colaboração já prestada pelo Município para o cumprimento dos objetivos daquela entidade. Considerou que essa colaboração deveria ser utilizada como forma de reforçar as reivindicações do concelho, defendendo que a ULS não deveria limitar-se a pequenas cedências pontuais, mas antes disponibilizar médicos para o concelho. Referiu que, conforme tinha sido discutido na reunião anterior, a principal preocupação não se prendia apenas com a urgência, mas sobretudo com a falta de médicos de família. Nesse contexto, mencionou a situação da Doutora Teresa, afirmando que, tanto quanto sabia, estaria já aposentada ou em fase de aposentação, encontrando-se a prolongar essa situação no tempo. Acrescentou ainda que, recentemente, tinha tomado conhecimento, através de uma notícia publicada naquela semana, de que a ULS iria proceder à redistribuição de vários médicos. Referiu não ter verificado qualquer referência à Mêda nessa redistribuição, defendendo, por isso, que deveria ser aproveitado o momento de negociar para solicitar a colocação de médicos no concelho, designadamente em substituição da referida médica. Considerou que era precisamente esse o objetivo da negociação em curso. Concluiu afirmando que pretendia apenas deixar esse reparo, acrescentando que entendia que a Câmara Municipal estava empenhada nessa matéria. Terminou agradecendo.

De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra o Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo.

Usou da palavra **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** referiu que nem a ULS, nem a Senhora Ministra da Saúde, nem o Governo poderiam alegar falta de colaboração por parte da Câmara Municipal, salientando que, quando o Município foi chamado a participar, efetivamente aceitou. Acrescentou que a Câmara aderiu ao programa relacionado com as quedas, desenvolvido a nível concelhio e abrangendo todas as Freguesias, com o objetivo de sensibilizar e esclarecer a

população sobre formas de prevenção e de redução de riscos. Manifestou a convicção de que, mesmo tratando-se de uma colaboração em benefício da ULS, a iniciativa representava algo positivo para a comunidade, em especial para a população idosa, por contribuir para a sua educação e sensibilização relativamente a cuidados a ter no quotidiano, designadamente na utilização de escadas, na forma de subir e descer e noutras situações suscetíveis de provocar quedas. Considerou, por isso, que se tratava de uma ação importante para a comunidade. Acrescentou ainda, de forma clara, que não pretendia que as entidades competentes viessem posteriormente apresentar desculpas relativamente à situação da saúde no concelho. Referiu igualmente ter transmitido à Senhora Ministra da Saúde que não entraria em "leilões" por médicos, explicando que existiam municípios a oferecer diferentes valores monetários para atrair profissionais de saúde, aumentando sucessivamente essas propostas, situação na qual afirmou não pretender participar. Afirmou que a questão em causa constituía uma responsabilidade do Poder Central. Referiu que, caso o Estado reconhecesse as limitações existentes no concelho e a necessidade de o Município suportar financeiramente medidas destinadas a possibilitar a vinda de médicos ou a criação de infraestruturas benéficas para a comunidade, não teria qualquer problema em assumir essa responsabilidade. Acrescentou que essas situações poderiam ser apresentadas, discutidas, sinalizadas, sujeitas a financiamento e posteriormente executadas. Salientou ainda que, mesmo significando a realização de menos uma obra, esse investimento continuaria a representar uma obra importante para a comunidade. Nesse sentido, explicou que a colocação de um técnico superior no âmbito do referido programa representava um investimento municipal, envolvendo a afetação de um recurso humano que anteriormente desempenhava outras funções, nomeadamente nas piscinas municipais. Referiu, contudo, que esse técnico passaria a desenvolver uma atividade muito importante, por permitir proporcionar aos idosos conhecimentos e competências que até então não possuíam. Manifestou também a convicção de que os Senhores Presidentes de Junta estariam satisfeitos com a implementação da medida, considerando que esta ultrapassava a mera formalização de um protocolo com a ULS, traduzindo-se numa iniciativa valorizada pelas populações das aldeias. Dirigindo-se posteriormente ao Deputado Óscar Sampaio, referiu que este o conhecia bem, recordando que ambos tinham nascido na mesma rua. Acrescentou que essa proximidade permitia conhecerem-se mutuamente, considerando desnecessário apresentarem-se como pessoas perfeitas ou totalmente imperfeitas, uma vez que tinham crescido e vivido na mesma terra. Sublinhou que essa convivência lhes permitia reconhecer tanto as qualidades como os defeitos de cada um, admitindo igualmente possuir defeitos. Referiu que a situação em causa não era recente, mas sim resultado de decisões tomadas há várias décadas, que considerou terem sido mal pensadas. Explicou que, a partir do momento em que foi criado a SUB em Vila Nova de Foz Côa e realizados investimentos nesse local para onde passaram a ser encaminhados os cidadãos, verificou-se o encerramento das urgências do concelho durante o período noturno, entre a meia-noite e as oito da manhã, situação que afirmou já se verificar há cerca de dez a quinze anos. Acrescentou que o problema não residia apenas na existência dessa realidade antiga, mas sobretudo no facto de não se ter agido atempadamente para a contrariar, levando a que atualmente se estivesse a "correr atrás do prejuízo" e a "apagar fogos". Referiu ainda que, no passado, não se terá acautelado devidamente a situação, por se ter considerado que a mesma não afetaria o concelho, apontando que, em contexto autárquico, existiria por vezes a tendência para reduzir responsabilidades associadas ao encerramento de serviços, independentemente das forças políticas envolvidas, referindo nesse âmbito diferentes partidos. Manifestou que tais opções não resolveram os problemas da comunidade, sublinhando que a área da saúde constitui um problema com vários anos, no qual não terão sido tomadas, no seu entender, as medidas necessárias para evitar a perda de serviços já verificada. Referiu que, tem adotado uma postura de frontalidade, afirmando

ter transmitido essa mesma posição à Senhora Ministra da Saúde, independentemente do fórum em causa, seja ele partidário ou institucional, com a presença de Presidentes de Câmara ou outros responsáveis. Afirmou que a sua posição consistiu em rejeitar a aceitação de situações que considerou injustas, defendendo que não devem ser toleradas perceções de engano relativamente à população. Nesse sentido, referiu ter apelado à transparência, afirmando que é necessário "falar a verdade", justificando que, na sua perspetiva, a população estaria a ser induzida em erro quando se afirma que os serviços não irão encerrar, apesar de, segundo disse, não disporem de capacidade nem de médicos suficientes para garantir o seu funcionamento. reiterou que, seja qual for o fórum em causa, não deixará de intervir de forma clara e direta na defesa da saúde do território, sublinhando que não se inibirá nem se limitará no tempo de intervenção quando estiver em causa essa matéria. Relativamente as informações escritas, acrescentando que, no seu entendimento, o espaço em causa deveria servir para solicitar esclarecimentos sobre os resultados das reuniões em que participou. Esclareceu que há reuniões de natureza institucional, nas quais participa por dever de representação e por considerar importante estar presente em eventos dos concelhos vizinhos, e outras reuniões de natureza não institucional, que enquadra como sendo essencialmente dedicadas à defesa dos interesses do território. Referiu ainda que, no mesmo dia em que esteve reunido com a Senhora Ministra da Saúde, participou também numa reunião com a Senhora Secretária de Estado da Mobilidade, mencionando que a mesma seria, segundo recordava, a Secretária de Estado Cristina Pinto Dias. Explicou que, nessa reunião, abordou questões relacionadas com a mobilidade ferroviária, referindo que os territórios do Fundão e da Covilhã manifestavam intenção de assegurar ligações de comboio de meia em meia hora para a Guarda, existindo, segundo afirmou, vários problemas associados à situação da Linha da Beira Baixa, que estaria encerrada, motivo pelo qual aqueles municípios estariam a apresentar reclamações. Acrescentou que, nessa ocasião, se dirigiu à Senhora Secretária de Estado da Mobilidade de forma irónica, introduzindo dessa forma a sua intervenção no tema. Referiu que, na conversa com a Senhora Secretária de Estado da Mobilidade, afirmou que não iria reclamar qualquer melhoria na ferrovia no seu concelho, por considerar que a situação ferroviária no território estaria, no seu entendimento, estabilizada. Acrescentou que a Senhora Secretária de Estado terá reagido com satisfação a essa afirmação, o que levou a que outros Presidentes presentes tivessem reagido com alguma surpresa e humor respondendo que nós não tínhamos ferrovias. O interveniente explicou então que respondeu à Senhora Secretária de Estado com uma comparação de custos, defendendo que deveria ser analisado se seria mais oneroso instalar uma estação ferroviária no concelho ou garantir a mobilidade através da rede rodoviária existente, nomeadamente autocarros e rede de expressos. Sugeriu que, caso se optasse pela ferrovia, seria necessário avaliar o investimento junto do Ministro da Coesão Territorial, considerando os elevados montantes associados. Por outro lado, defendeu que, caso não se pretendesse esse investimento ferroviário, deveria ser assegurado o bom funcionamento da rede rodoviária, com reforço da ligação de expressos à sede do concelho. Referiu ainda que o concelho já tinha sinalizado a criação de um centro de transportes, com o objetivo de melhorar a mobilidade da população, permitindo ligações diretas a cidades como Coimbra, Porto e Lisboa, sem necessidade de dependência de contactos pessoais para transporte, como familiares ou conhecidos, considerando que estas medidas seriam fundamentais para promover o equilíbrio territorial e garantir melhores condições de mobilidade à população. Afirmou que, caso não existam condições adequadas de mobilidade e, simultaneamente, se verifique falta de serviços essenciais, nomeadamente na área da saúde, a população fica impedida de se deslocar livremente, o que, na sua perspetiva, poderá conduzir à perda de vitalidade do concelho e ao seu progressivo enfraquecimento. Defendeu que existem duas soluções possíveis: ou se garante a existência de todos os serviços necessários em todos os

concelhos, evitando a necessidade de deslocações, ou, em alternativa, se asseguram condições de mobilidade adequadas que permitam às pessoas aceder aos serviços fora do seu território de residência. Considerou esta análise uma equação lógica e razoável no âmbito das reivindicações do município. Aguarda a resolução das questões relacionadas com o Plano de Mobilidade, distinguindo entre a mobilidade interna do concelho, onde referiu estarem a ser desenvolvidos transportes flexíveis com resultados positivos, e a mobilidade externa, que considera igualmente fundamental para assegurar ligações a outros territórios. Reiterou que a conjugação de falta de mobilidade com ausência de serviços essenciais constitui, na sua opinião, um fator de risco para a coesão territorial e para a sustentabilidade do concelho. Relativamente aos incêndios, explicou que existe uma componente pública associada aos prejuízos, na qual se incluem valores como 854 mil euros, bem como outras intervenções em curso, nomeadamente a limpeza de faixas até 20 metros em áreas já ardidas. Acrescentou ainda a existência de investimentos adicionais destinados à recuperação de caminhos rurais, os quais, segundo referiu, irão beneficiar alguns Presidentes de Junta. No plano dos prejuízos privados, indicou que o Município sinalizou mais de 10 milhões de euros em perdas. Esclareceu que, apesar de as pessoas reportarem prejuízos individuais, como 15 mil euros, é necessária validação técnica desses valores. Referiu que a CCDR já validou cerca de 2,7 milhões de euros desse montante, acrescentando que esse valor tenderá a aumentar, uma vez que o processo se encontra ainda em curso, estando, segundo afirmou, cerca de 80% a 90% das situações já avaliadas, prevendo-se a conclusão do processo nas próximas semanas. Explicou ainda o funcionamento dos apoios, referindo que um beneficiário que declare, por exemplo, 50 mil euros de prejuízo pode, após validação da CCDR, ver esse valor ajustado, sendo apenas elegíveis, por exemplo, 10 mil euros. Nesse caso, os restantes montantes poderão ser enquadrados noutros programas de apoio, como o PEPAC. Indicou também que tinha questionado o Presidente da CCDR sobre a forma de atribuição dos apoios, nomeadamente se os valores correspondiam apenas ao apoio direto ou se incluíam montantes adicionais. Manifestou que, no caso da região Norte, terão existido situações em que os processos não foram devidamente validados numa fase inicial, o que levou posteriormente à necessidade de reposição de verbas já atribuídas aos agricultores. Referiu que colocou ainda uma questão adicional relativa às indemnizações atribuídas diretamente aos agricultores e às empresas, questionando se esses apoios teriam efeitos tributáveis em sede de finanças. Manifestou o exemplo da Filipa para ilustrar o funcionamento do processo de candidaturas e validação de prejuízos. Explicou que, no momento da candidatura, a interessada declarou um prejuízo de 50 mil euros, tendo conhecimento de que o apoio direto previsto era até 10 mil euros, com possibilidade de um reforço adicional de 5 mil euros. Salientou que o processo de validação é fundamental, uma vez que é com base nessa validação que se determina o valor efetivamente elegível. Acrescentou que, no universo dos cerca de 10 milhões de euros de prejuízos identificados, essa validação assume particular relevância. Referiu ainda que, caso a Filipa pretenda submeter candidatura ao PEPAC, terá de considerar a validação efetuada pela CCDR, que poderá fixar o montante elegível em cerca de 40 mil euros, distinguindo esse valor do montante inicialmente declarado. Dirigindo-se ao Deputado Cláudio Heitor Rebelo, referiu que, o 25 de Abril representa aquilo que cada um pretende que ele seja, sublinhando a sua importância democrática. Acrescentou que estaria disponível para que a reunião de abril pudesse ser sempre realizada no dia 25 de Abril, dispensando a necessidade de uma reunião extraordinária, considerando que tal poderia constituir uma forma adequada de enquadrar o tema. Referiu ainda que não via qualquer inconveniente nessa proposta, deixando claro que se tratava de uma sugestão de organização dos trabalhos, condicionada também pelo entendimento do Senhor Presidente da Assembleia, e afirmando o seu compromisso em manter essa prática até ao final do mandato, caso assim fosse decidido. De seguida, deu conhecimento de uma situação relativa à recuperação do posto da

GNR, informando que o Município tinha apresentado uma candidatura em dezembro do ano anterior e que o despacho respetivo tinha sido emitido há cerca de mês e meio. Indicou que, neste momento, existe um montante de 400 mil euros destinado à recuperação do posto da GNR, investimento esse que se encontra em fase de concurso, conforme referiu constar das informações do Senhor Presidente nas obras em curso. Acrescentou ainda que, no âmbito dessa candidatura, foram contemplados os concelhos da Mêda, Gouveia e Guarda. Acrescentou que, a nível nacional, foram contemplados 61 postos da GNR, abrangendo Portugal Continental e as Regiões Autónomas, considerando que tal deveria constituir motivo de orgulho para o concelho. Referiu que o trabalho desenvolvido pelo Município permitiu a aprovação de um projeto de recuperação do posto da GNR no valor de 400 mil euros, financiado a 100% através do PRR. Informou ainda que a obra se encontra atualmente em concurso público e manifestou a expectativa de que a intervenção esteja concluída até ao final do presente ano. Considerou tratar-se de uma informação importante, por contribuir para a melhoria das condições do posto da GNR do concelho, acrescentando que continuará a referir este investimento nas suas intervenções públicas, independentemente do contexto em que participe. Referiu que transmitiu essa mesma posição à Senhora Ministra e que continuará a fazê-lo junto dos restantes membros do Governo. Acrescentou que pretende manter de forma consistente a ideia de que "um problema resolvido na Mêda é menos um problema para o resto do país". Para ilustrar essa posição, mencionou uma operação conduzida pela GNR da Mêda que permitiu a detenção de um indivíduo suspeito de duplo homicídio, considerando que a atuação ultrapassou o âmbito meramente regional ou nacional, assumindo dimensão internacional e contribuindo para a resolução de um problema de maior escala. Defendeu, por isso, que o investimento realizado em áreas como a educação, a saúde ou a justiça no território da Mêda representa igualmente um benefício para outras regiões do país, entendendo que cada problema resolvido localmente corresponde a menos um problema para cidades como Guarda, Viseu, Coimbra ou Lisboa. Manifestou ainda grande satisfação pelo facto de a Mêda ser um dos municípios contemplados com a recuperação das instalações da GNR, salientando o orgulho que sente pelo trabalho desenvolvido diariamente pelos militares daquele posto. Acrescentou que o financiamento agora obtido constitui uma ferramenta importante para responder às necessidades e pretensões dos efetivos da GNR no concelho.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal,** informou que se encontrava concluído o Período de Antes da Ordem do Dia, passando-se ao Período da Ordem do Dia. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

Ponto 1º - Aprovação do relatório de contas do ano 2025;

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal,** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo para explicar o ponto.

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** referiu que a sua intervenção seria breve, salientando que o relatório apresentado resultava de uma obrigação legal. Indicou ter consigo um resumo da conta de gerência de 2025 e destacou três aspetos que considerou importantes para compreensão da situação financeira do Município. Começou por abordar a saúde financeira do Município, considerando justo reconhecer o mérito do anterior Executivo, afirmando que a situação financeira atual resulta do rigor na gestão das contas municipais ao longo dos últimos anos. Referiu que o Município dispõe atualmente de uma capacidade de endividamento na ordem dos 11 milhões e 600 mil euros, conforme indicado no documento apresentado. Acrescentou que se verificou uma redução progressiva da dívida

municipal, recordando que o mandato anterior iniciou funções com uma dívida superior a 4 milhões de euros, sendo que atualmente esse valor se encontra abaixo dos 2 milhões de euros. Considerou, por isso, que existiu uma redução gradual e sustentada do endividamento. Prosseguindo a análise, referiu que o principal desafio do concelho reside na dificuldade em atrair empresas e população. Na sua perspetiva, essa limitação faz com que a principal fonte de receita do Município continue dependente das transferências do Estado, ficando o concelho fortemente condicionado à forma como o Governo decide aplicar fundos e recursos nestes territórios, referindo que o Município apresenta atualmente uma situação de saúde financeira equilibrada, dispõe de capacidade de endividamento e tem vindo a registar uma redução da dívida municipal. Contudo, salientou que, paralelamente a essa estabilidade financeira, existe a ambição de construir um concelho melhor e mais atrativo, com maior capacidade para captar população e empresas, bem como para promover a fixação de pessoas e atividades económicas no território.

De seguida foi aberto o período destinado a pedidos de esclarecimento, tendo-se inscrito os seguintes intervenientes: António Almeida, Óscar Sampaio, Pedro Lourenço, Hermínio Albino e Marco Saldanha. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado António Almeida,** iniciou a sua intervenção dirigindo cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia, às Senhoras Secretárias da Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores do Executivo e da oposição, às Senhoras e Senhores Deputados Municipais, aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, ao público presente e à estimada Letícia. Referiu que tinha hesitado quanto à intervenção que tinha preparado para o período antes da ordem do dia, uma vez que, independentemente das diferentes bancadas e intervenções realizadas, considerava existir consenso relativamente às principais necessidades do concelho. Nesse sentido, afirmou que o concelho necessita de melhores condições na saúde, na educação e também de "pão, de borrego e de grelos á pobre". Explicou que, para evitar repetir temas já anteriormente abordados, optou por centrar a sua intervenção apenas em duas situações, na análise do assunto sob dois pontos de vista distintos. Começou por abordar o documento técnico apresentado, referindo tratar-se de um relatório extenso, com mais de 500 páginas, considerando improvável que tivesse sido lido integralmente pelos presentes. Acrescentou que, na sua perspetiva, seria praticamente impossível ao cidadão comum, e até mesmo a profissionais experientes da área da contabilidade autárquica, dominar todos os aspetos constantes do documento. Sublinhou, por isso, que a análise daquele relatório exige confiança na competência, honestidade e rigor técnico de quem o elaborou. Ao mesmo tempo, afirmou que essa confiança deve igualmente estender-se à capacidade de gestão dos responsáveis pelos exercícios financeiros agora refletidos no relatório, afirmou que, este ponto relativamente ao documento em si, nada tinha a apontar, acreditando que o mesmo refletia fielmente a realidade da atividade municipal desenvolvida no ano anterior. Relativamente à análise política do relatório, o interveniente referiu que a mesma deveria ser observada em duas fases distintas. Indicou que uma parte do exercício correspondeu ainda à presidência do Doutor João Mourato e outra já ao mandato do Presidente César Figueiredo, tratando-se de um ano marcado pela realização de eleições autárquicas. Observou, contudo, que o relatório apresentado não refletia de forma expressa essa transição política. Referiu que o documento apresentava uma taxa de execução próxima dos 80%, ressalvando não ter especial facilidade com números, mas salientando que tal execução deveria ser analisada tendo em conta o contexto eleitoral em que ocorreu. Acrescentou que, ao longo dos vários relatórios de contas a que teve acesso nos últimos anos não apenas dos últimos quatro anos, mas também de períodos anteriores se tem verificado uma tendência para taxas de execução mais elevadas em anos de eleições ou nos anos imediatamente seguintes. Fez questão de sublinhar que não pretendia fazer

uma leitura partidária da questão, afirmando tratar-se de uma constatação transversal a diferentes executivos, caso fosse feita uma análise mais detalhada por períodos temporais, provavelmente se verificaria que os meses imediatamente anteriores às eleições apresentariam níveis de execução ainda mais elevados, manifestando que essas situações constituem "curiosidades da política", acrescentando que, independentemente desse contexto, importa analisar a estrutura do orçamento municipal. Explicou que cerca de 60% do orçamento é destinado a custos correntes, isto é, despesas do funcionamento diário do Município, tais como eletricidade, remunerações de funcionários, seguros e outros encargos permanentes, considerando tratar-se de despesas inevitáveis. Acrescentou que, mesmo num ano de eleições, o aumento desses custos correntes foi apenas na ordem dos 20%, o que, na sua perspetiva, demonstra que a taxa de execução apresentada continua a ser relativamente baixa. Manifestou assim o entendimento de que a taxa de execução orçamental deve ser objeto de crítica ao anterior executivo e, em parte, também ao atual, considerando que essa limitação se tem verificado ao longo de vários anos. Afirmando que essa é uma realidade que o Município ainda não conseguiu inverter e que considera necessário corrigir no presente. Defendeu que o Município deve continuar a executar obras e a criar condições que promovam o desenvolvimento do concelho. Salientou ainda a necessidade de criar melhores condições para a população e para as empresas, de forma a incentivar a sua permanência e fixação no território, considerando essa uma prioridade efetiva para o futuro do concelho. Referiu que teria de o fazer naquele momento, com PRE, com CPR, com FEFAS e com uma série de iniciais que afirmou nem sequer conhecer, acrescentando que o dinheiro vinha de todo o lado e que não se sabia muito bem de onde provinha. Concluiu que teriam de executar obra e criar obra. Referiu que teriam de criar condições para as pessoas e para as empresas ali permanecerem, afirmando ser verdade que isso teria de ser feito. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que não se trataria apenas de ser imparcial, mas também factual, acrescentando que as estradas e as marcas rodoviárias não se apagaram com os incêndios do ano anterior, os sinais não teriam ficado brancos devido ao calor do incêndio, mas sim ao desgaste das últimas décadas. Acrescentou que estaria agora a ser dito que seria com aquele processo que a situação teria de ser resolvida, manifestando acreditar e esperar que assim fosse. Manifestou que se encontravam há anos à espera e que não é aceitável um buraco permanecer aberto durante cinco meses é sem duvida demasiado tempo. Afirmou que, embora tecnicamente e formalmente pudesse acontecer, na prática não poderia suceder que um buraco permanecesse aberto durante aquele período. Concluiu referindo que era isso que pretendia naquele ponto do documento, acrescentando que naquele documento teria sido possível falar de números e do passado, mas que, acima de tudo, seria necessário reconhecer o passado e ter força e coragem para, no futuro, fazer melhor, afirmando ser isso o que se esperava.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Óscar Sampaio,** relativamente ao documento, afirmou apreciar a forma como o documento teria sido elaborado, agradecendo, desde logo, a quem o produziu. Contudo, salientou que o documento evidenciava um aspeto já anteriormente referido, mencionando que se deveria incluir uma linha para "eleições", embora reconhecesse que tal faria parte da dinâmica. Considerou que o documento estaria muito bem elaborado e que refletiria aquilo que os técnicos fariam por força do ofício, ou seja, referir os aspetos menos positivos sem lhes dar excessivo destaque, ao mesmo tempo que outros aspetos de menor relevância acabariam por ser salientados. Afirmou que essas seriam dinâmicas próprias da comunicação. Considerou bastante importante a síntese apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, referindo que, para além do exercício realizado, existiria também uma leitura orientada para o futuro. Relativamente a essa perspetiva, afirmou que o Partido Socialista bem como todos os presentes, se congratulariam com a saúde financeira da Câmara. Acrescentou, contudo, que

também reconheceriam que, no âmbito dessa saúde financeira, deveria existir a ambição de executar mais, mesmo que tal implicasse o recurso ao endividamento. Referiu que, nesse ponto, poderiam existir divergências de opinião, acrescentando que teria uma visão antiga relativamente à questão da dívida. Explicou que seria difícil desenvolver o tema naquele momento, até pela extensão que exigiria, mas recordou que, em determinados períodos, o Município de Mêda teria adotado uma postura expansionista, salientando que muitos serviços e bens atualmente disponíveis teriam resultado dessa estratégia. Acrescentou, porém, que, quando a situação se tornou mais séria, a saúde financeira atualmente existente teve de ser reconquistada. Lembrou que o investimento poderia, efetivamente, recorrer também à dívida, por fazer parte das regras, mas sempre com critério. Referiu que poderia parecer existir uma fixação relativamente aos técnicos superiores que teriam entrado em período eleitoral, esclarecendo, contudo, que a sua preocupação incidia sobre a questão do trabalho e da importância do mesmo. Acrescentou que essa preocupação decorreria também das afirmações anteriormente proferidas pelos Presidentes de Junta. Afirmou que, independentemente das palavras ou da elaboração dos discursos, existiriam situações evidentes que não poderiam ser ignoradas, salientando que, perante essas situações, se afirmaria não ser possível dar resposta. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, referiu que, relativamente ao problema dos buracos, considerar que podem demorar até cinco meses para os repararem como a melhor expectativa não lhe parecia aceitável, e pediu que fosse corrigido e assumido um compromisso nesse sentido. Referiu não ter qualquer fixação relativamente aos técnicos admitidos em período eleitoral, mas salientou que o relatório referiria que o Município estaria mais bem preparado tecnicamente. Acrescentou, contudo, que, relativamente aos assistentes operacionais considerando os responsáveis pela resolução das pequenas questões do quotidiano municipal teria existido uma ligeira diminuição de efetivos, concluindo que, nesse aspeto, não teria havido investimento. Referiu ainda que a contratação de técnicos teria sido expressiva, indicando que teriam sido admitidos cinco trabalhadores e acrescentando que, numa análise simples, o aumento corresponderia a cerca de 11,6%, o que considerou bastante significativo. Concluiu afirmando que, enquanto socialista, esperaria que a Câmara promovesse o emprego e cumprisse matérias relevantes relacionadas com os trabalhadores, nomeadamente o subsídio de salubridade e penosidade de determinadas funções, assegurando os respetivos direitos. Acrescentou, contudo, que, quando os valores ultrapassassem os 50%, também seria necessário fazer esse reparo, considerando que, apesar da matriz ideológica, não poderiam deixar de prestar atenção a essas questões.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Pedro Lourenço,** referiu que o documento apresentado não poderia ser analisado apenas como um exercício técnico de prestação de contas, considerando que seria, acima de tudo, um instrumento político e que deveria ser escrutinado enquanto tal. Afirmou que, mais uma vez, estariam perante um relatório que privilegiaria a forma em detrimento do contexto, acrescentando que a alteração de números e percentagens de indicadores financeiros não deveria servir para ocultar aquilo que considerou verdadeiramente relevante: o impacto concreto das políticas na vida das pessoas do concelho de Mêda. Sustentou que a questão central residiria em saber se as condições de vida da população teriam efetivamente melhorado ou se estariam apenas perante uma boa execução contabilística desligada da realidade social. Acrescentou ser necessário desmontar a lógica tecnocrática que transformaria opções políticas em inevitabilidades técnicas, defendendo que não existiriam decisões neutras. Afirmou ainda que cada investimento, cada opção e cada prioridade orçamental refletiriam uma escolha política clara, considerando que essas escolhas deveriam ser assumidas e debatidas. Nesse sentido, questionou por que motivo determinadas áreas continuariam subfinanciadas e que respostas concretas teriam sido dadas aos problemas

estruturais do concelho, nomeadamente o envelhecimento, a desertificação e a falta de oportunidades para os jovens. Questionou igualmente onde estariam os resultados visíveis no território, para além dos relatórios e gráficos apresentados. Acrescentou que o documento construiria uma narrativa de sucesso que mereceria ser questionada, referindo que se falaria de execução, mas não suficientemente de eficácia, e que se falaria de investimento sem que fosse avaliado o seu impacto real. Afirmou que existiria um ponto essencial a considerar, referindo que executar não seria o mesmo que transformar. Acrescentou que a Assembleia Municipal não se poderia limitar a validar relatórios, defendendo que o seu papel passaria por fiscalizar, questionar e exigir transparência. Alertou ainda que, caso contrário, existiria o risco de transformar aquele órgão num espaço meramente formal, sem verdadeiro peso democrático. Dirigindo-se aos membros do Executivo, afirmou que o concelho de Mêda não necessitaria apenas de boa gestão administrativa, mas também de visão política, estratégia e, sobretudo, de resultados concretos que se refletissem no quotidiano das pessoas. Concluiu referindo que os números poderiam ser apelativos no papel, mas que, se não se traduzissem numa melhoria real da qualidade de vida, estariam perante um fracasso político, ainda que disfarçado de sucesso técnico.

Usou da palavra o **Sr. Deputado Hermínio Albino,** referiu que, procuraria ser breve na sua intervenção sobre o documento, acrescentando que não pretenderia fazer uma aula de análise do mesmo, salientando, em tom irónico, que já bastaria aos seus alunos suportarem essas explicações. Afirmou partilhar muitas das palavras dos anteriores oradores e, relativamente ao documento, disse igualmente concordar com as palavras do Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente no que respeitaria à ousadia e à capacidade de concretização, referindo o exemplo do antigo Presidente Isaltino Morais, que considerou, apesar de tudo, um bom exemplo, reconhecendo que tal posição poderia ser entendida como polémica ou criticável, atendendo ao historial daquela figura pública. Contudo, salientou que, quando Isaltino Morais se recandidatou à Câmara de Oeiras, voltou a vencer as eleições, considerando que tal não teria acontecido por acaso. Acrescentou ainda que aquele autarca teria sido sempre alguém capaz de enfrentar a influência de Lisboa, apesar da proximidade geográfica. Referiu que, o concelho de Mêda se encontraria muito mais distante da capital, afirmando, em tom crítico e irónico, que Lisboa quase nem reconheceria a existência de Mêda, mencionando inclusivamente situações em que lhe perguntariam onde se localizaria o concelho. Retomando a referência a Isaltino Morais, questionando as razões pelas quais continuaria a ser recordado, acrescentando que, quando este deixou a presidência da Câmara de Oeiras, o concelho teria ficado estagnado. Referiu que essa perceção seria amplamente reconhecida e que o seu regresso teria sido fortemente desejado pela população. Lembrou que a ousadia referida pelo Senhor Presidente da Câmara de Mêda deveria ser entendida de forma positiva. Relativamente à saúde financeira e às execuções orçamentais, afirmou concordar com o Senhor Presidente, acrescentando que seria habitual, em períodos eleitorais ou anos de eleições, verificar-se um aumento da execução, considerando tratar-se de uma prática transversal e não exclusiva do concelho de Mêda. Sustentou que tal aconteceria em todo o país, desafiando os presentes a indicarem um concelho onde essa prática não ocorresse. Referiu que as percentagens e as estatísticas seriam aquilo que são, acrescentando que cada um as ajustaria da forma que entendesse. Retomando a análise do documento e da sua natureza técnica, afirmou que o mesmo seria escrutinado por várias instituições e por técnicos superiores, acrescentando que traduziria, efetivamente, aquilo que deveria ter sido feito e que estaria concretizado. Contudo, alertaria o Executivo para a redução das receitas, referindo que o Senhor Presidente da Câmara já teria abordado essa questão, defendendo a necessidade de ousar fazer mais, eventualmente através do recurso à capacidade de endividamento. Acrescentou que teria sido essa a postura adotada por Isaltino Morais,

considerando que seria esse o caminho necessário para inverter a tendência de declínio existente. Referiu que essa tendência estaria visível e próxima, lançando o desafio para que todos permanecessem atentos relativamente a esse processo. Concluiu afirmando que, eventualmente, numa sessão futura, também poderia voltar a intervir sobre matérias relacionadas com o tema, acrescentando que a referência do Senhor Presidente da Câmara à "tempestade perfeita" demonstraria que as condições tenderiam a agravar-se caso se mantivesse o rumo atual. Afirmou que, caso se mantivesse aquele rumo e aquela estratégia, o concelho caminharia para aquilo que designou como uma "tempestade perfeita", considerando que tal cenário estaria já determinado. Acrescentou que a densidade populacional do concelho seria de 16 habitantes, deixando esse dado como elemento de reflexão. Terminou agradecendo.

Usou da palavra **o Sr. Deputado Marco Saldanha,** dirigindo-se ao Senhor Presidente, referiu que não se alongaria a falar sobre Oeiras ou Cascais. Relativamente ao Presidente de Oeiras, afirmou apenas reconhecer-lhe capacidade e bom gosto em matéria de vinho, acrescentando não ter mais nada a referir sobre o assunto. Acrescentou que todos reconheceriam que, em anos eleitorais, a taxa de execução tenderia a ser superior, salientando que tal também teria acontecido em mandatos do Partido Socialista, nomeadamente em 2021 e 2017, considerando tratar-se de uma situação normal e transversal, sem necessidade de recorrer à comparação com concelhos vizinhos. Referiu ainda que já teria sido amplamente mencionada a boa saúde financeira da Câmara Municipal, considerando existir uma explicação simples para tal, uma vez que, apesar do aumento das despesas, as receitas também teriam aumentado. Acrescentou que, mesmo assim, seria possível verificar uma poupança corrente de 1,3 milhões de euros, valor que, segundo afirmou, permitiria igualar resultados alcançados em mandatos anteriores. Recordou igualmente que, em anteriores mandatos, teria ouvido diversas vezes referências à intenção de concretizar menos investimento ou de recorrer mais ao endividamento da Câmara, salientando que, atualmente, os números se aproximariam dos registados em 2020 e 2021. Por outro lado, relativamente às taxas de execução, afirmou que, independentemente de se tratar ou não de um ano eleitoral, os dados apresentados no relatório e prestação de contas revelariam uma execução da receita de 69%, valor que considerou bastante superior ao verificado em 2021, também esse um ano de eleições. Acrescentou que, do lado da despesa, a taxa de execução teria sido de 54%, valor que considerou equivalente ao registado em 2021. Referiu, por isso, que, comparando os números, o Município não estaria em desvantagem, incluindo no que respeitaria aos anos eleitorais, considerando que o caminho poderia continuar a ser seguido. Relativamente à expectativa referida anteriormente por um membro socialista, no sentido de a Câmara assumir um papel empregador, contrapôs que, numa perspetiva social-democrata, também deveria existir preocupação com a eficiência. Acrescentou que, numa visão associada à matriz laranja, seria igualmente importante garantir produtividade e efetividade por parte dos funcionários. Referiu ainda ter considerado particularmente interessante um dos quadros constantes do documento, sobretudo face às referências frequentes do Senhor Presidente à capacidade de investimento e à capacidade de endividamento para gerar retorno através do investimento realizado. Salientou existir um indicador relativo ao investimento por funcionário, comparando o investimento efetuado pela Câmara com o número de trabalhadores existentes. Nesse âmbito, afirmou que, em 2025, o valor correspondente teria duplicado face a 2021. Explicou que, em 2021, cada funcionário corresponderia a cerca de 7.900 euros de investimento, enquanto em 2025 o valor ascenderia a 16.600 euros. Concluiu, assim, que os funcionários estariam a aportar mais valor, fruto também das suas funções, e que a coordenação da Câmara estaria igualmente a gerar maior investimento. Referiu que aqueles dados seriam, para si, elementos suficientes, afirmando que votaria favoravelmente o documento apresentado. Referiu que as observações

apresentadas não eram apenas para elogiar o trabalho desenvolvido, mas também retomar um ponto já abordado na sua primeira intervenção, relacionado com os impostos. Destacou, em particular, os impostos diretos, salientando que a respetiva taxa de execução teria atingido quase 120%. Explicou que, introduzia essa questão por considerar relevante a matéria da participação do Município no IRS, recordando que, anualmente, a Assembleia validaria a respetiva taxa de participação. Acrescentou que teria intervindo várias vezes sobre esse tema, embora normalmente o fizesse no momento específico em que essa matéria fosse apreciada. Aproveitou ainda a sessão para reforçar positivamente o Executivo, apelando a que, no próximo ano, fosse ponderada uma redução da taxa de participação do Município no IRS dos munícipes. Considerou que essa medida poderia beneficiar não apenas os residentes atuais, mas também funcionar como fator de atração para quem pretendesse fixar-se no concelho. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, pediu que essa possibilidade fosse tida em consideração no próximo ano, salientando que, atendendo ao nível de execução dos impostos diretos, existiria margem para proporcionar algum alívio fiscal aos munícipes.

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** referiu que procuraria ser breve, salientando que existiriam deputados na Assembleia com competência técnica para avaliar a situação em análise. Acrescentou que o Deputado Marco Saldanha teria apresentado um resumo muito bem elaborado, contendo os números que também pretendia apresentar. Esclareceu que procurara expor sobretudo o contexto e a sua visão política, considerando importante que fosse compreendida a visão política de quem lideraria a Câmara e de quem tomaria decisões, bem como os objetivos subjacentes à ação do Executivo. Defendeu ainda que essa transparência seria relevante. Acrescentou querer sublinhar duas preocupações que considerava atuais e que deveriam ser partilhadas por todos, relacionadas com as despesas correntes. Recordou que, no mandato anterior, teria sido iniciado o processo relativo ao subsídio de penosidade, algo que, segundo afirmou, não teria sido feito anteriormente, reconhecendo que tal medida teria impacto financeiro, mas defendendo que os trabalhadores mereceriam esse apoio. Referiu ainda que a atualização salarial, nomeadamente dos assistentes operacionais, implicaria um aumento substancial das despesas correntes. Contudo, salientou que esse acréscimo não seria acompanhado pelas necessárias transferências financeiras por parte da tutela. Acrescentou ser favorável ao aumento dos salários e à garantia de remunerações dignas para fazer face às dificuldades do quotidiano, mas considerou que, existindo uma obrigação legislativa de aumentar salários sem a correspondente compensação financeira, tal criaria dificuldades acrescidas. Afirmou que o documento demonstraria que, relativamente a 2024, as transferências do Estado teriam sido inferiores, sustentando que o Município teria conseguido fazer mais com menos recursos. Afirmou que a situação poderia criar constrangimentos económicos e financeiros para o Município, considerando que os salários continuariam a ser atualizados no futuro, também em resultado dos processos negociais em curso. Manifestou ainda a expectativa de que a tutela viesse a assegurar, através da DGAL e do FEF, as transferências financeiras necessárias para suportar essa componente. Afirmou que seria necessário trazer a orgânica da Câmara para discussão ainda durante aquele ano, recordando que a sua posição sempre teria sido a de não apresentar esse documento no último ano do mandato. Defendeu que a discussão deveria ocorrer no início do mandato, de forma a permitir uma adequada definição das funções e estruturas. Acrescentou que esse processo teria impacto na valorização ou desvalorização dos próprios funcionários. Concluiu afirmando que o documento permitiria avaliar aquilo que se pretenderia para o concelho, reiterando a ideia de que o concelho seria aquilo que os seus responsáveis quisessem que fosse. Acrescentou que, existindo a ambição de ter um concelho desenvolvido, estariam agora reunidas as ferramentas necessárias para o desenvolver,

defendendo que seria fundamental atuar com justiça, transparência, objetividade e eficácia na discussão desses temas. Manifestou ainda a convicção de que essas matérias voltariam a ser discutidas em futuras Assembleias, embora sem assumir o compromisso de que tal acontecesse já na sessão seguinte. Terminou agradecendo.

Neste momento, e não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs o ponto a votação, tendo sido aprovado por maioria com seis abstenções. ----------

Ponto 2º- Proposta de submissão à Assembleia Municipal de Mêda do pedido de reconhecimento de interesse público estratégico para o "complexo agroindustrial avícola";

Foi apresentado o ponto pelo **Sr. Presidente da Câmara, António César Figueiredo,** afirmou que a visão do Executivo passaria por atrair empresas privadas de diferentes setores, capazes de promover a criação de riqueza e de postos de trabalho, esta sinalização incidia sobre uma área de cerca de 50 hectares, localizada na zona do areal dos Moinhos do Vento, explicando que existiria naquele local um problema ambiental relacionado com a empresa que explorava os inertes e que se encontraria em processo de encerramento. Acrescentou que, no âmbito desse processo, teria de ser regularizada a situação existente, nomeadamente por exigência da CCDR, incluindo o encerramento das lagoas ali existentes e a requalificação do espaço em conformidade com os objetivos de criação de zonas verdes. Sustentou que o projeto permitiria resolver um problema ambiental associado ao encerramento da empresa, situação motivada também pelo facto de os proprietários terem atingido uma fase da vida em que deixariam de ter interesse em manter a atividade. Considerou que a nova necessidade identificada abriria caminho a um projeto com outro tipo de investimento. Acrescentou que aquela iniciativa representaria uma semente para futuros investimentos estruturantes, referindo-se concretamente à empresa MAIGEST, pertencente ao Grupo Lusiaves, que afirmou contar com cerca de cinco mil funcionários e ter registado uma faturação de aproximadamente 1,2 mil milhões de euros no ano anterior. Salientou que seria a primeira vez, nas últimas décadas, que surgiria a possibilidade de um investimento daquela dimensão proveniente de uma entidade externa ao concelho. Acrescentou que, até então, os investimentos realizados teriam resultado sobretudo da iniciativa dos operadores locais, os quais teriam evoluído gradualmente das explorações agrícolas para adegas e posteriormente para unidades industriais. Contudo, sublinhou que um investimento estrutural e ancorado no concelho, proveniente de uma entidade externa, não teria existido até ao momento. Afirmou que a implantação daquele ecossistema empresarial permitiria, caso esse fosse o entendimento dos órgãos municipais, criar condições para acolher investimentos estruturantes no concelho. Acrescentou que entendia não dever limitar-se a receber empresários apenas para conversas informais com o Presidente da Câmara, defendendo antes uma abordagem objetiva e orientada para soluções concretas. Referiu que, numa reunião com um empresário, teria questionado diretamente quais seriam as necessidades para a concretização do investimento, tendo-lhe sido indicada a necessidade de uma determinada área para implantação do projeto. Explicou que, perante essa situação, invocaria o interesse municipal, promovendo a discussão do assunto em reunião de Câmara, sujeitando-o posteriormente a discussão pública e apreciação pela Assembleia Municipal, com o objetivo de demonstrar que aquele investimento seria estrutural para o concelho. Referiu que, naquele momento, estariam sinalizados cerca de uma dúzia de postos de trabalho. Acrescentou que, embora se tratasse de cerca de uma dúzia de postos de trabalho, não poderia ser desvalorizada a importância desse investimento externo para o concelho. Sustentou que, muitas vezes, um investidor criaria o seu próprio posto de trabalho, contribuindo simultaneamente para a criação de riqueza no concelho e reforçando a relevância do investimento realizado no território. Manifestou a sua opinião de que aquele investimento

poderia representar o ponto de partida para outros investimentos futuros no concelho. Reconheceu, contudo, que, naquele momento, qualquer referência a novos projetos além do tema em discussão teria ainda caráter especulativo. Acrescentou que, o seu objetivo seria que, a partir da ancoragem daquele investimento, pudessem surgir outros investimentos semelhantes, afirmando estar a trabalhar nesse sentido.

De seguida foi aberto o período destinado a pedidos de esclarecimento, tendo-se inscrito os seguintes intervenientes: António Almeida e Marco Saldanha. ----------

Usou da palavra o **Sr. Deputado António Almeida,** referiu que procuraria ser breve e objetivo na sua intervenção, renovando os cumprimentos. Relativamente ao ponto em apreciação, recordou que o mesmo já teria sido aprovado pelo Executivo por unanimidade, considerando existir um interesse comum em promover investimento e valorização do património e das infraestruturas do concelho de Mêda. Acrescentou que a única nota que pretendia deixar seria a de reiterar uma posição que já teria vindo a defender, afirmando que a classificação de interesse municipal estratégico, no caso concreto em análise, demonstraria a urgência de proceder ao reconhecimento e levantamento do património e dos interesses municipais do concelho de Mêda. Referiu que estaria em causa património cultural e património edificado, manifestando a expectativa de que aquele momento pudesse constituir um ponto de partida para esse trabalho. Concluiu afirmando que a Mêda possui património, pessoas e cultura com efetivo interesse municipal e até nacional, defendendo, pelo menos, o reconhecimento formal desse interesse ao nível municipal. Terminou agradecendo.

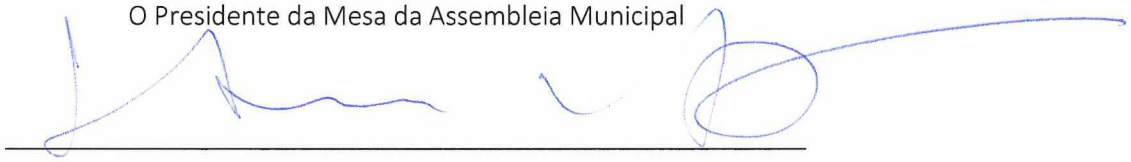
Usou da palavra o **Sr. Deputado Marco Saldanha,** dirigindo-se ao Senhor Presidente, e sendo muito breve, começou por felicitar o Município, sobretudo no que respeita à componente política e negocial associada à capacidade de atração de investimento. Afirmou que o investimento em causa, embora não representasse algo inovador, tratando-se de aviários, corresponderia a um investimento de cerca de oito milhões de euros no concelho, considerando-o relevante. Acrescentou que continuariam por esclarecer os números concretos relativos aos postos de trabalho que poderiam vir a ser criados. Reiterou, contudo, a importância de existir dinamismo e trabalho na captação deste tipo de investimento, salientando que já não ocorria um investimento desta natureza há vários anos, conforme anteriormente referido pelo Senhor Presidente. Manifestou ainda a expectativa de que aquele projeto pudesse constituir o ponto de partida para outros investimentos futuros.

Neste momento, e não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs o ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. ----------

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão pelas doze horas e cinquenta e cinco, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será lida e, depois de aprovada, assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, Dr. João Germano Mourato Leal Pinto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



(Dr. João Germano Mourato Leal Pinto)

A Secretária do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Leticia Lopes Almeida

(Leticia Lopes Almeida)